



REVISTA DO Farmacêutico

Publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo

OS DESAFIOS DA ÉTICA

Lei 13.021/14 e momento do país colocam a ética no centro do debate. CRF-SP promoveu seminário para debater ética no cuidado ao paciente

O professor da USP **Clóvis de Barros Filho** é considerado um dos mais importantes palestrantes sobre ética do país



SEMINÁRIO

ELEIÇÕES 2015

Votação será online nos dias 9, 10 e 11 de novembro. Confira todas as informações sobre o pleito





CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇOS



PLANTÃO DO PRESIDENTE

O presidente do CRF-SP, dr. Pedro Eduardo Menegasso, realiza plantões de atendimento toda segunda-feira, na sede do CRF-SP, das 15h às 17h, para entender os problemas, ouvir sugestões e trabalhar por soluções que vão ao encontro das necessidades do farmacêutico. Não há necessidade de marcar horário. A sede do CRF-SP fica na rua Capote Valente, 487, Pinheiros, São Paulo.



ORIENTAÇÃO FARMACÊUTICA

Os atendimentos são realizados por telefone, e-mail e pessoalmente mediante convocações para Orientação Farmacêutica na sede e nas 27 seccionais, além de orientações feitas durante inspeções fiscais. Para esclarecer dúvidas, basta ligar no **(11) 3067-1470** ou enviar e-mail para **orientacao@crfsp.org.br**. Aproveite também o período em que o fiscal do CRF-SP está presente em seu estabelecimento para tirar suas dúvidas.



DENÚNCIA

O CRF-SP tem um canal direto para atender as denúncias que envolvem as atividades farmacêuticas que comprometam e coloquem em risco a saúde da população. Qualquer pessoa pode denunciar de forma sigilosa.

0800 77 02 273 (ligação gratuita), **denuncia@crfsp.org.br** ou pelo portal no link "Denúncias" no menu superior.



ATENDIMENTO ELETRÔNICO

Para utilizar o sistema, o farmacêutico deve acessar o portal www.crfsp.org.br e clicar no ícone do atendimento eletrônico, que fica localizado no canto superior direito da página. Por meio deste serviço, é possível o farmacêutico alterar ou atualizar endereço, telefone, e-mail, comunicar ausência, solicitar emissão de CR e outros serviços.



PAF

O Programa de Assistência ao Farmacêutico (PAF) é totalmente gratuito e tem como objetivos a inserção ou recolocação do farmacêutico inscrito regularmente no CRF-SP, no mercado de trabalho (Bolsa de Empregos), assim como propiciar descontos e condições exclusivas para compras de serviços e produtos (Clube de Benefícios).

ATENDIMENTO

Segunda a sexta-feira das 8h30 às 17h30. Sábado das 9h às 12h

CRF-SP - SEDE | Rua Capote Valente, 487 - Jardim América CEP 05409-001 - São Paulo / SP
(11) 3067-1450 | Fax (11) 3064-8973
www.crfsp.org.br



Protagonistas de um momento histórico

A edição da **Revista do Farmacêutico** que apresentamos a vocês é a fotografia de um momento pelo qual passam farmacêuticos de todo o país.

A crise política e financeira e as manifestações populares que se tornaram rotineiras são vistas por muitos com apreensão, porém, para especialistas, vivemos um momento único, repleto de questionamentos éticos que podem resultar em transformações significativas da sociedade.

Ciente desse momento, o CRF-SP realizou dia 30 de maio o Seminário de Ética, durante o qual debateu com as principais personalidades, das áreas de saúde e da filosofia, os dilemas pelos quais passam os farmacêuticos.

O foco no bem estar do paciente dominou as mesas-redondas. E deveria ser diferente? Numa Farmácia Estabelecimento de Saúde, como bem afirmou um dos palestrantes, o lucro e a saúde não são antagonísticos, mas, às vezes, entram em conflito, e o farmacêutico é quem deve tomar a decisão ética, por isso a importância de ter a sua autonomia reafirmada pela nova Lei 13.021/14.

Se o foco deve ser no paciente, não pode haver duas assistências no país, uma prestada por farmacêutico habilitado e outra por um profissional qualquer, seja no serviço público ou privado.

Também nesta edição, você encontrará uma reportagem especial sobre o avanço da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde (SUS), as vitórias obtidas após a aprovação da Lei 13.021/14 e as ações do CRF-SP nessa área.

No entanto, é bom salientar que assistir à edição de novas leis não garante a assistência farmacêutica a todos. A aprovação de uma nova legislação é apenas o primeiro passo.

A genuína Farmácia Estabelecimento de Saúde, seja ela pública ou privada, é uma obra monumental, construída tijolo a tijolo por todos nós, farmacêuticos, todos os dias.

Por isso, se esta revista é a fotografia de um momento tão importante das nossas carreiras, talvez tenha passado da hora de você enxergar a si mesmo nessa imagem.

Você, leitor, farmacêutico, também é o autor desse capítulo histórico.

BOA LEITURA!

DIRETORIA

Presidente - Pedro Eduardo Menegasso
 Vice-presidente - Raquel Cristina Delfini Rizzi
 Secretária-geral - Priscila Nogueira Camacho Dejuste
 Diretor-tesoureiro - Marcos Machado Ferreira

CONSELHEIROS

Antonio Geraldo Ribeiro dos Santos Jr., Cecília Leico Shimoda, Fabio Ribeiro da Silva, Israel Murakami, Luciana Canetto Fernandes, Maria Fernanda Carvalho, Marcos Machado Ferreira, Patricia de Carvalho Mastroianni, Pedro Eduardo Menegasso, Priscila Nogueira Camacho Dejuste, Raquel Cristina Delfini Rizzi, Rodinei Vieira Veloso, Adriano Falvo (suplente), Célia Tanigaki (suplente) e Rosana Matsumi Kagesawa Motta (suplente)

CONSELHEIRO FEDERAL

Marcelo Polacow Bisson, Margarete Akemi Kishi (suplente)



LUIZ PRADO/AGÊNCIA LUZ

Os desafios da Ética

24

TÉCNICA E PRÁTICA

Previsão de tempo: ruim para os alérgicos

22

ESPECIAL / SAÚDE PÚBLICA

Farmacêuticos em fase de conquista do SUS

32

FISCALIZAÇÃO PARCEIRA

Conheça a rotina dos fiscais do CRF-SP

44

ANÁLISES CLÍNICAS

Reforço político aos laboratórios

42

COMISSÕES ACESSORAS / PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS

Marco legal da biodiversidade

50

COMISSÕES ACESSORAS / DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE

Fôlego para as importações

54

ESPECIAL

Pesquisa universitária revela o raio-X da assistência na capital

58

REVISTA DO Farmacêutico

COMISSÃO EDITORIAL NESTA EDIÇÃO
 Pedro Eduardo Menegasso, Marcos Machado Ferreira, Simone F. Lisot e Reggiani Wolfenberg

EDIÇÃO

Sérgio Duran - Mtb 24.043-SP
 sergio@popcom.net.br

REPORTAGEM E REDAÇÃO

Carlos Nascimento - Mtb 28.351-SP
 jose.nascimento@crfsp.org.br
 Mônica Neri - Mtb 57.209-SP
 monica.neri@crfsp.org.br
 Renata Gonzalez - Mtb 30.469-SP
 renata.gonzalez@crfsp.org.br
 Thais Noronha - Mtb 42.484-SP
 thais.noronha@crfsp.org.br
 Wesley Alves - Mtb 5911-DF
 wesley@popcom.net.br

ESTÁGIO EM JORNALISMO

Marcelo Staffa

PROJETO GRÁFICO

André Bunduki
 andre@dinbrasil.com.br

DIAGRAMAÇÃO

Bárbara Gabriela - barbara.santos@crfsp.org.br
 Guilherme Mortale - guilherme.mortale@crfsp.org.br

IMPRESSÃO

Plural Indústria Gráfica

PUBLICIDADE

Tel.: (11) 3067 1492

TIRAGEM

57.000 exemplares

CARGOS EXERCIDOS SEM REMUNERAÇÃO NO CRF-SP

Presidente, vice-presidente, secretária-geral, diretor-tesoureiro, conselheiros, diretores e vice-diretores regionais, membros de Comissões Assessoras e das Comissões de Ética.



Fotos da capa: Luiz Prado/ Agência Luz e Mônica Neri

Atendimento do CRF-SP

Como é bom participar de um conselho tão eficiente como o CRF-SP!

[Dra. Sara Braga – São Paulo/SP \(via e-mail\)](#)

Conselho ativo

Parabéns, CRF-SP, como acompanho de perto cada ação, posso dizer que o CRF-SP é muito ativo e trabalha em prol da melhoria contínua do farmacêutico e da fiscalização, a fim de manter a ética e a qualidade do serviço farmacêutico prestado à população.

[Dra. Vanessa Andrade – São Paulo/SP \(via Facebook\)](#)

Workshop de Cuidados Farmacêuticos

O meu enorme agradecimento à Comissão de Farmácia Clínica do CRF-SP pela inclusão das enfermidades do aparelho respiratório no Workshop de Cuidados Farmacêuticos. A asma, em especial, ainda não é vista pela maioria dos profissionais da saúde como uma enfermidade crônica, tão grave e com alta taxa de mortalidade como a hipertensão e o diabetes. Que venham outros eventos que nos deem oportunidade de dividir e compartilhar novos assuntos! Nossos pacientes agradecem!

[Dra. Juliana Soprani – São Paulo/SP \(via Facebook\)](#)

Sibutramina

O CRF-SP tem recebido diversos questionamentos sobre o tempo máximo de tratamento que as receitas contendo medicamentos à base de sibutramina podem conter

O Departamento de Orientação Farmacêutica do CRF-SP esclarece que a Notificação de Receita B2 contendo medicamento à base da substância sibutramina pode ser utilizada para tratamento igual ou inferior a 60 (sessenta) dias, com dose máxima diária de 15mg. Conforme entendimento jurídico, apesar da RDC 25/10 estar revogada, a revogação ou sustação de uma RDC não

PARTICIPE!

Envie seu comentário ou sugestão:
revistadofarmacutico@crfsp.org.br

R. Capote Valente, 487 - 9º andar
CEP: 05409-001 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3067 1494 / 1498

Veja no portal www.crfsp.org.br os links para nosso perfil nas principais redes sociais

A RF se reserva o direito de adaptar as mensagens, sem alterar seu conteúdo.

afeta atos regularmente praticados durante a vigência desta, sendo assim, todos os efeitos da normativa produzidos anteriormente à data da sua revogação/sustação são válidos e, portanto, a redação atual da RDC 58/07 é válida com as alterações estabelecidas pela RDC 25/10.

Seminário de Ética

Parabéns ao CRF-SP pelo excelente profissionalismo e trabalho dedicado no Seminário sobre Ética. Estar e fazer parte desta classe é, sem dúvida alguma, uma das melhores escolhas!

[Dr. Renato Matroni – São Paulo/SP \(via Facebook\)](#)

ELEIÇÕES 2015

FIQUE ATENTO!

Votação será online das 12h de 9/11 às 12h de 11/11

Não votar acarretará multa eleitoral ao farmacêutico, conforme disposto em normativa do Conselho Federal de Farmácia

CRF-SP EM AÇÃO

JOVENS FARMACÊUTICOS

Encontro com estudantes e recém-formados discute novas oportunidades de trabalho

2º ENCONTRO DE JOVENS FARMACÊUTICOS
Descobrir o caminho para as oportunidades

O II Encontro de Jovens Farmacêuticos – Descobrir o Caminho das Oportunidades reuniu mais de 200 recém-formados e estudantes de Farmácia, que lotaram o Centro de Convenções Rebouças, na capital paulista, dia 23 de maio. O evento organizado pelo Comitê Jovem do CRF-SP teve o objetivo de apresentar informações úteis sobre oportunidades em áreas inovadoras, dicas sobre o mercado de trabalho e como se destacar na profissão.

A abertura contou com a participação do presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, que deu as boas-vindas ao público e apresentou a palestra “Oportunidades Inovadoras – Visão do CRF-SP”. “Para fortalecer a nossa profissão, precisamos entender o que as pessoas esperam de nós e resolver os seus problemas”.

O painel de debate “Oportunidades Inovadoras”, mediado pelo coordenador do Comitê Jovem, dr.

Michael Amorim, reuniu jovens especialistas que apresentaram suas experiências bem sucedidas no mercado de trabalho. Cada palestrante fez um breve relato sobre sua trajetória e sobre como o seu trabalho diferenciado abriu novas perspectivas profissionais, tendo como pergunta norteadora: “Como o jovem farmacêutico pode se destacar na sua área de atuação?”

Durante o encontro houve o lançamento do projeto Comitê Jovem Conectado, uma iniciativa que oferece informações técnicas e éticas inerentes à profissão por meio de postagens regulares nas redes sociais do CRF-SP. A primeira publicação realizada durante o evento destacou o uso da homeopatia no tratamento da dengue e indicou três substâncias eficazes para a profilaxia ou tratamento da doença, que podem ser encontradas em medicamentos homeopáticos manipulados ou industrializados.

CARLOS NASCIMENTO



Entre os palestrantes estavam dra. Thais Pereira Gomes; dra. Mariana Pais; dr. Filipe Tobias; dr. Michael Amorim (coordenador do Comitê Jovem do CRF-SP); dr. Thiago Didone; dra. Noemi Vieira; e dra. Kamila Zanon



Público acompanhou a Feira de Oportunidades e recebeu informações básicas sobre as áreas de atuação do farmacêutico

Nos intervalos das apresentações, o público pôde acompanhar a Feira de Oportunidades, um espaço de exposição destinado a oferecer informações sobre as áreas de atuação do farmacêutico, por meio das comissões assessoras do CRF-SP,

e de networking com empresas parceiras e colegas de profissão.

O evento também ofereceu a palestra-coaching “Descobrimos Caminhos para as Oportunidades”, com o professor Francisco de Oliveira, representante do Grupo Meta RH.

O público avaliou positivamente os ensinamentos e dicas dos especialistas. Para as recém-formadas dra. Fernanda Fernandez e dra. Camila Augustinho, que vieram de Americana especialmente para participar do Encontro, o evento abriu os horizontes para o início de suas carreiras. “Gostei muito do depoimento desses profissionais jovens e de sucesso”, afirmou dra. Fernanda. “Ainda não atuamos na profissão, mas as palestras deram boas perspectivas para o nosso futuro”, completou dra. Camila.

Por Carlos Nascimento

Informe Publicitário 3/6

O CRF-SP não se responsabiliza pelo conteúdo.

FACIS - Faculdade de Ciências da Saúde de São Paulo

PARA CRESCIMENTO PROFISSIONAL E PESSOAL PREPARE-SE E DESTAQUE-SE!

Pós-Graduação para Farmacêuticos

- Homeopatia
- Acupuntura
- Genética Humana e Clínica

Cursos Rápidos | Extensão

- Aconselhamento Genético Humano
- Genética do Câncer

Conheça mais sobre a FACIS e todos os cursos que oferecemos

www.facis.edu.br | atendimento@facis.edu.br / luisa@facis.edu.br

2º Semestre de 2015
Venha para a FACIS!

A mais de 20 anos formando
profissionais na área da saúde.



 /facisfaculdade

 /faculdadefacis

Rua Dona Inácia Uchôa, 399
Vila Mariana - SP
Próximo ao metrô Vila Mariana
e Ana Rosa

Credenciados no CRF tem 15% de
desconto nas mensalidades!

(11) 5085-3141



FACIS

Faculdade de Ciências da Saúde de São Paulo

+20
anos
de Tradição



IV SEMINÁRIO DE ACUPUNTURA

Evento traz novidades do setor que atrai cada vez mais farmacêuticos



FOTOS: RENATA GONÇALEZ

Profissionais atuantes ou apenas interessados na área lotaram auditório em SP; à dir., dr. Cassiano Takayassu demonstra técnicas de restauração biomagnética

Desde a publicação da Portaria 971/2006 do Ministério da Saúde, que instituiu a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo a prática da acupuntura, tem sido cada vez maior a procura de farmacêuticos interessados nessa área profissional.

Para trazer novidades do setor, o CRF-SP promoveu em julho, por meio de sua Comissão Assessora de Acupuntura e Medicina Tradicional Chinesa (MTC), o IV Seminário de Acupuntura.

A atualização se faz necessária porque, mesmo em se tratando de uma prática milenar, a acupuntura traz uma abordagem sempre atual e em evidência, como afirmou o presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, durante o evento. “Nossa comissão reúne profissionais pioneiros nessa área,

discutindo o assunto de forma séria e em favor da valorização do farmacêutico.”

Os aspectos técnicos e a legislação foram destaque no seminário, com a palestra “A prática farmacêutica da acupuntura”, ministrada pelo dr. Edison Penachin. Ele detalhou como se dá o restabelecimento do paciente por meio do cuidado sobre a equilíbrio energético do indivíduo.

Um dos desafios do setor apontados no evento é fazer com que a acupuntura seja implementada nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), pois, apesar de todos os resultados comprovados nessa área, esse serviço ainda não é disponibilizado na rede pública.

TÉCNICAS NÃO INVASIVAS

As técnicas não invasivas da MTC foram apresentadas pelo dr. Cassiano Takayassu, que abordou, com demonstrações práticas, a restauração biomagnética com o uso de fragmentos de cristais. Trata-se de uma terapia eficaz e um potente método preventivo de doenças diversas, atuando no corpo físico e energético, tratando a patologia mesmo quando esta é ainda assintomática.



Profª Simone Spadafora falou sobre o conceito Yin e Yang; dr. Edison Penachin abordou aspectos técnicos e legislação; e Profº Daniel Mendes apresentou a relação entre Astrologia e Acupuntura

Por Renata Gonçalves

RESÍDUOS E GESTÃO AMBIENTAL

Seminário mostra que o Brasil tem muito a evoluir

THAIS NORONHA



Dr. Raphael Figueiredo, Alfredo Carlos, dr. Marcelo Cunha, Raquel Rocha e Marco Antônio Ferreira

Um setor que ainda está engatinhando – assim pode ser considerado o gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde no Brasil. Foi esta a conclusão do debate no II Seminário de Resíduos e Gestão Ambiental, organizado pelo CRF-SP, na capital, em junho, pela Comissão Assessora da área.

A legislação do setor (RDC 306/04, Res. Conama 358/05 e Lei 12.305/10) é específica em relação à necessidade de elaboração de um plano de gerenciamento de resíduos, com tratamento adequado e destinação correta. Como foi citado pelo dr. Raphael Figueiredo, coordenador da Comissão, o gerador de resíduo é responsável do momento da geração até a destinação final e a empresa que faz a coleta e destinação assume a responsabilidade solidária.

No debate, em pauta o pouco conhecimento dos profissionais e, conseqüentemente, o tratamento inadequado ou a falta de classificação e destinação ao resíduo, o que impacta diretamente no meio ambiente e na saúde da população.

Um dos temas que chamou a atenção dos farmacêuticos participantes foi a devolução de medicamentos vencidos ou avariados em farmácias.

Apesar de ainda não haver regulamentação que preveja esse recebimento, trata-se de uma ação de responsabilidade social, conforme destacado pelo próprio dr. Raphael: “Medicamento depois de vencido ou avariado é resíduo químico e não mais medicamento”.

A contaminação do solo e água ocasionada pelo descarte inadequado de resíduos foi

exemplificada pela experiência do biólogo Marcio Antônio Ferreira, secretário municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente de Mogi-Guaçu. “É preciso proteger a qualidade do solo, que retém componentes químicos, para preservar a qualidade das águas subterrâneas superficiais.”

Conhecimento e compromisso foram unanimidade na resposta dos especialistas, ao serem questionados sobre o que falta ao Brasil para que tenha um efetivo gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde. Especialmente no Estado de São Paulo, há acordos firmados para logística reversa com fabricantes de pneus, vidros, latas, eletrônicos. No entanto, o mercado de resíduos de serviços de saúde ainda não está estruturado para a reciclagem, conforme o engenheiro da Cetesb, Alfredo Carlos Rocca.

Por outro lado, de nada adiantará a correta segregação e classificação se não houver critério ao encaminhar o resíduo ao destino final. Assim, a engenheira Raquel Rocha mostrou vantagens e desvantagens dos diversos tipos como aterro, incineração, digestor, processamento, desativação eletrotérmica e plasma térmico.

Por Thais Noronha

FARMÁCIA CLÍNICA

Comissão lança informativo para farmacêuticos do setor

PASSO A PASSO DE COMO ACESSAR O INFORMATIVO FARMÁCIA CLÍNICA

SOBRE O CRF-SP

Diretoria

Plenário do CRF-SP

Missão/Visão/Valores

Fiscalização

Comissões Assessoras

Ética Profissional

Campanhas

Seccionais

Farmácia Estabelecimento

de Saúde

Comitês

Transparência

Eleições 2015

Acupuntura - Medicina Tradicional Chinesa

Análises Clínicas e Toxicológicas

Distribuição e Transporte

Educação Farmacêutica

Farmácia

Farmácia Clínica

Farmácia Hospitalar

Homeopatia

Indústria

Pesquisa Clínica

Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Regulação e Mercado

Resíduos e Gestão Ambiental

Saúde Pública

No portal do CRF-SP (www.crfsp.org.br),
 acesse o menu **COMISSÕES ASSESSORAS**
 posicionado à esquerda. Em seguida,
 escolha a comissão de **FARMÁCIA CLÍNICA**.



Ao entrar no espaço destinado
 à comissão, clique na imagem
 acima, para acessar a área de
 download dos informativos.

ARTE: BARBARA GABRIELA

Está à disposição no portal www.crfsp.org.br e na fanpage www.facebook.com/crfsp, o “Informativo Farmácia Clínica,” um boletim com informações técnicas sobre a prática clínica do dia a dia do farmacêutico intensivista, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Terapia Intensiva da Comissão Assessoradora de Farmácia Clínica do CRF-SP.

O informativo está na terceira edição e os temas até o momento são: “Fast Hug e o farmacêutico intensivista”, que chama a atenção dos profissionais quanto aos aspectos essenciais no cuidado de pacientes críticos; “Farmacodermia” ou seja, qualquer efeito indesejável na estrutura ou função da pele, dos anexos ou das mucosas e “Lesão renal”, com as preocupações que o farmacêutico deve ter ao avaliar cada caso e como pode contribuir com a terapia.

É possível fazer o download e ter acesso às informações criteriosamente elaboradas por uma equipe de farmacêuticos da área.

A iniciativa vai ao encontro da realidade da profissão que vê a Farmácia Clínica despontando como uma tendência cada vez mais relevante, já

que a aproximação com o paciente tem se tornando fundamental.

Para a coordenadora da Comissão, dra. Livia Barbosa, o informativo é uma forma de mostrar, aos farmacêuticos que não podem participar, os resultados da produção intelectual durante as reuniões da Comissão. “Queremos compartilhar e multiplicar as experiências. Nosso objetivo é atuar na necessidade do outro. Todo farmacêutico pode participar, sugerindo temas”.

Todo farmacêutico pode sugerir temas para serem explorados pela equipe e, assim, fazer parte dessa iniciativa.

Os informativos estão disponíveis no menu à esquerda do portal do CRF-SP. Clique em “Comissões Assessoras” e, em seguida, em “Farmácia Clínica”.

Curta também a página do CRF-SP no Facebook (www.facebook.com/crfsp) e acompanhe essa e outras novidades.

Por Thais Noronha

PRODUTOS DE DEGRADAÇÃO

Parceria entre CRF-SP e Waters rende workshop sobre o tema

Com o objetivo de promover capacitação técnica aos farmacêuticos da indústria, o CRF-SP firmou parceria com a Waters Technologies Brasil, empresa que desenvolve soluções em ciência analítica para apoiar operações, desempenho e assuntos regulatórios para a indústria farmacêutica. A ação resultou no workshop “Produtos de degradação”, que lotou o plenário do Conselho em 29/07.

O presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, destacou que a entidade está atenta às necessidades de todas as áreas de atuação do farmacêutico. “A indústria é uma área competitiva, que necessita de atualização não só técnica, mas também administrativa e comportamental.”

Para o dr. Emerson Anunciação, diretor geral da Waters, a parceria com o CRF-SP foi positiva e a grande procura pelo evento surpreendeu positivamente os organizadores, já que as vagas se esgotaram rapidamente. “Escolhemos esse primeiro workshop por ser uma preocupação de todos os que trabalham na indústria, então resolvemos estreitar esse relacionamento e propor a discussão para farmacêuticos sobre soluções para o tema apresentado hoje. Não haveria canal melhor para levar essas informações do que a parceria com o CRF-SP, uma instituição que tem respaldo e abrangência com os profissionais e sem a qual a gente não conseguiria atingir esse público”, comentou o executivo.

O projeto prevê novos workshops que serão divulgados em breve pelos canais de informação do CRF-SP (portal, redes sociais e boletins eletrônicos). Fique atento!

Por Carlos Nascimento



“Ferramentas Modernas em Cromatografia Líquida Aplicadas a Produtos de Degradação de Fármacos”, com a dra. Marina Ansolin, engenheira de alimentos e especialista de cromatografia da Waters



“Utilização de Espectrometria de Massas de Alta Resolução na Caracterização de Produtos de Degradação”, com o doutor em Química e especialista em análises, desenvolvimento, consultoria e capacitação profissional, dr. Amadeu Hoshi Iglesias.



“Uma Abordagem Atual Para o Desenvolvimento de Métodos Indicadores de Estabilidade”, com o dr. Tiago Campos, mestre e doutor em Química Orgânica e cientista da Farmacopeia Americana.



“Produtos de Degradação: Aspectos Regulatórios”, com o dr. Raphael Sanches, especialista em regulação e vigilância sanitária na gerência de avaliação de tecnologia farmacêutica e pós-registro de medicamentos sintéticos da Anvisa.



“Soluções em Espectrometria de Massas para Atender a RDC 58/2013”, com a mestre em Bioquímica e Biologia Molecular, dra. Jane Finzi, responsável pela área de desenvolvimento de negócios e suporte a vendas em espectrometria de massas da Water Technologies



“A Degradação Forçada Além da Legislação: Uma Ferramenta Para o Desenvolvimento Racional de Formulações Estáveis”, com o dr. Giordano Trazzi, doutor em Ciências e responsável pelo desenvolvimento e revisão de monografias e padrões de referências associados da U.S. Pharmacopeial Convention (USP)

CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

Importante participação do farmacêutico nos Conselhos Municipais de Saúde



FOTOS: CARLOS NASCIMENTO

Esq. p/ dir: dr. Israel Murakami, dr. Deodato Rodrigues Alves, dra. Lorena Baia e dra. Cássia Marinho Tubone em debate sobre conselhos e conferências de saúde

Consciente da necessidade de inserir o farmacêutico nas principais discussões de saúde do país, o CRF-SP realizou o evento “Conferências de Saúde: Experiências e Expectativas”, dia 20 de junho, na sede, em São Paulo. O foco do encontro era a gigante rede dos conselhos de saúde – municipais, estaduais e federais—que permite a participação popular nas decisões dos governos para a área.

A palestrante dra. Lorena Baia, conselheira do Conselho Nacional de Saúde e vice-presidente do Conselho Regional de Far-

mácia de Goiás, destacou que as conferências e conselhos de saúde são espaços privilegiados de debate e de deliberações. “O SUS é uma das poucas políticas públicas no Brasil que tem na participação da comunidade uma possibilidade importante de superar problemas e desafios a partir do exercício da democracia participativa”, afirmou.

O dr. Israel Murakami, conselheiro e coordenador da Comissão Assessora de Saúde Pública do CRF-SP, enfatizou a importância da assistência farmacêutica estar sempre em pauta nas

discussões dos Conselhos de Saúde. “Ela precisa estar articulada às demais ações de saúde e envolver o maior número possível de profissionais da área.



Dra. Maria Fernanda Carvalho, conselheira do CRF-SP

A participação popular, ao lado da descentralização das ações e da integralidade da assistência, passou a ser valorizada e percebida como fundamental importância para a construção de um modelo público de saúde”.

A participação de farmacêuticos nas discussões é um importante instrumento político, pois tem o objetivo de ampliar a inserção do profissional junto às esferas de gestão da saúde.

AÇÕES DO CRF-SP JUNTO ÀS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS E À ESTADUAL DE SAÚDE

A consulta popular que permite a avaliação da situação da saúde no país e ajuda a definir caminhos e a garantir que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja um direito de todos, acontece em três etapas deliberativas: municipal, estadual e nacional.

Sendo assim, o CRF-SP organizou uma série de ações, começando pela formação de um grupo de trabalho que discutiu estratégias, inclusive para estimular a participação do farmacêutico nas conferências municipais que ocorreram no período de 9 de abril a 15 de julho, com o objetivo de apresentar e aprovar propostas que melhorem a qualidade e ampliem a assistência farmacêutica no SUS.

O saldo desse trabalho foi posi-



Representantes do CRF-SP na Conferência Estadual (esq. p/ dir.) dr. Anderson J. Almeida, dra. Maria Fernanda Carvalho, dra. Lígia Rosa, dr. Israel Murakami, dr. Wisley Lopreato, dra. Rosilene M. Viel, dra. Suzy K. Botton e dra. Luciana Canetto

vo, com a eleição de diversos profissionais como delegados e a discussão de propostas que preveem a inserção da atenção farmacêutica e do fracionamento de medicamentos no cuidado ao paciente, a fim de garantir a assistência farmacêutica e a promoção do uso racional de medicamentos.

No período de 21 a 24 de julho de 2015, os farmacêuticos eleitos como delegados nas etapas regio-

nais, participaram da 7ª Conferência Estadual de Saúde de São Paulo. Na oportunidade, puderam defender as propostas aprovadas nas conferências municipais.

O próximo passo é a 15ª Conferência Nacional, que será realizada entre os dias 1º e 4 de dezembro, em Brasília. Para a conselheira e coordenadora do Comitê de Direitos e Prerrogativas Profissionais do CRF-SP, dra. Maria Fernanda Carvalho, o Estado de São Paulo conseguiu encaminhar uma proposta para garantir a presença do farmacêutico nas unidades de saúde e do Programa de Saúde da Família. “Podemos considerar uma ação bem-sucedida e vitória para a saúde da população. No entanto, pretendemos defender a proposta na Conferência Nacional para que toda a população brasileira se beneficie da efetiva presença do farmacêutico no SUS”.

A 15ª CONFERÊNCIA NACIONAL ACONTECE
DE 1ª A 4 DE DEZEMBRO EM BRASÍLIA-DF,
OPORTUNIDADE EM QUE SERÃO DISCUTIDAS
PROPOSTAS PARA O SUS



FARMACÊUTICO EMPREENDEDOR

Em parceria com Sebrae-SP, Conselho lança cartilha que ensina o farmacêutico a abrir e gerenciar sua farmácia

FOTO: MÔNICA NERI



Como abrir e fazer a gestão de farmácias e drogarias? Comece certo –este é o título da cartilha que o CRF-SP e o Sebrae-SP acabam de lançar para farmacêuticos que já possuem farmácias ou desejam abrir o seu próprio negócio na área.

O objetivo da cartilha é fornecer subsídios para que esse profissional possa empreender com segurança e conseguir que seu estabelecimento seja viável financeiramente, conhecendo as ferramentas de gestão adequadas.

Hoje, um terço das farmácias do Estado de São Paulo já é de propriedade de farmacêuticos. E esse número tende a aumentar cada vez mais, principalmente com a crescente complexidade técnica requerida pela atividade com a aprovação da Lei 13.021/14, que transforma a farmácia em estabelecimento de saúde. Com a parceria, o CRF-SP pretende reafirmar seu compromisso de oferecer instrumento para que o farmacêutico cumpra efetivamente seu papel social com ética, zelo e competência técnico-científica, mas agora também com competência gerencial.

O material está dividido em duas partes: Aspectos técnicos da atividade e Informações de gestão. De maneira didática, a publicação trata de assuntos que vão desde licença de funcionamento e Código de Defesa ao Consumidor, a escolha do ponto para abertura da empresa, a importância do contabilista, fluxo de caixa e apuração dos resultados, e outros.

A cartilha está disponível em versão online no portal do CRF-SP e será entregue impressa para quem participar das palestras do Sebrae-SP, previstas para percorrer todo o Estado.

LANÇAMENTO OFICIAL

No início de agosto, foi oficializado o lançamento, com presença de diretores e gerentes das duas entidades, além de farmacêuticos interessados em montar, expandir e atualizar seus negócios.

De acordo com o gerente de atendimento setorial do Sebrae-SP, Paulo Arruda, o objetivo da parce-



Dr. Pedro Menegasso e Paulo Arruda durante o evento

ria é ajudar os micro e pequenos empresários da área a fazerem a diferença mesmo em um mercado concorrido. “É uma oportunidade para aquele farmacêutico que, além da área técnica, também quer dominar a área da gestão para empreender. Existem muitas farmácias e abrir um negócio nesse segmento não é fácil. Porém, a oportunidade existe. E o segredo está em oferecer um serviço dife-

renciado, com valor agregado, atendimento personalizado, entre outros pontos a serem estudados.”

O presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, ressaltou a importância da parceria para oferecer conhecimento adequado, já que o número de farmacêuticos empreendedores e que querem empreender não para de crescer. “Com o mercado extremamente concorrido, muitos farmacêuticos buscam o empreendedorismo. Hoje, um terço das farmácias do Estado já é de farmacêuticos. Por isso, essa parceria é tão importante, pois oferece ao profissional o que há de melhor em questão de educação em negócios.”

Por Mônica Neri



APOIA O FARMACÊUTICO EMPREENDEDOR!

Com o objetivo de apoiar esse profissional, o CRF-SP também lançou o PAF Empresa. Acesse www.crfsp.org.br/paf.

CRF-SP EM AÇÃO

CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR

O farmacêutico como educador em diabetes

O CRF-SP participou do 20º Congresso Brasileiro Multidisciplinar em Diabetes, em 26/07, da Associação Nacional de Assistência ao Diabético (ANAD), por meio do simpósio “Farmácia em Diabetes Mellitus”. A programação incluiu as palestras “As atividades clínicas do farmacêutico e a Lei 13.021/14: Benefícios ao paciente com diabetes e “Solicitação de exames laboratoriais para o acompanhamento farmacoterapêutico”.

O diretor-tesoureiro do CRF-SP, dr. Marcos Machado Ferreira, que participou do evento, ressaltou a importância da realização desse simpósio pelo CRF-SP em um congresso multidisciplinar para demonstrar as atividades que podem ser desenvolvidas pelo farmacêutico e como ele pode contribuir no acompanhamento de pacientes com diabetes.



FOTO: THAIS NORONHA

Dr. Marcos Machado e dra. Eliete Bachrany participaram do debate mediado pelo dr. Paulo Caleb, coordenador da Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas

“Nossa participação tem sido bem recebida não apenas por farmacêuticos, mas por outros profissionais, inclusive médicos. Estamos certos de que podemos contribuir com a questão multiprofissional no tratamento de uma doença tão difícil”.

Thais Noronha

CONSULFARMA

CRF-SP participa com estande e atividades técnicas



MÔNICA NERI

Estande do conselho recebeu milhares de visitantes em seu tradicional espaço denominado “Praça do CRF-SP”

O ano de 2015 tem sido de comemorações para o setor da farmácia magistral e cosmética. Em abril, o CRF-SP obteve uma decisão favorável na Justiça Federal para que as farmácias pudessem manipular cosméticos sem a exigência de prescrição médica. Já em julho, um dos maiores congressos do setor em todo o mundo, a Consulfarma, completou dez anos com um grande evento, reunindo, em São Paulo, mais de seis mil participantes.

Com presença marcante, o CRF-SP recebeu milhares de farmacêuticos e acadêmicos em seu estande, já conhecido como a “Praça do CRF-SP”. Em um espaço aconchegante, os congressistas puderam discutir sobre as novidades do setor e se atualizar por meio das diversas facilidades preparadas aos farmacêuticos, como materiais técnicos, orientações de fiscalização e Programa de Assistência ao Farmacêutico (PAF).

A participação do CRF-SP não parou por aí. Também foram ministrados cursos de capacitação essenciais para quem atua no setor, como o “Atividades Clínicas do Farmacêutico na Farmácia Magistral”, ministrado pelo dr. José Vanilton de Almeida; e o “Interações Medicamentosas e Res-

ponsabilidade do Farmacêutico”, que foi realizado pelo conselheiro da entidade, dr. Fábio Ribeiro.

Para além das questões técnicas, o farmacêutico também pôde se familiarizar com as novidades da farmácia no campo político, por meio da mesa-redonda “Autonomia Técnica x Regulamentação Sanitária”, um debate fundamental que veio ao encontro da nova posição assumida pelo farmacêutico nos últimos anos, principalmente após a aprovação da Lei 13.021/14, a Lei da Farmácia Estabelecimento de Saúde.



RENATA GONÇALEZ

Dr. Ademir Valério, dr. Glicério Maia, vereadora Edir Sales, dr. Pedro Menegasso, dr. Renato Costa e dr. Antônio Geraldo Ribeiro

O presidente do CRF-SP, dr. Pedro Eduardo Menegasso, também comentou sobre a importância do congresso e da participação da entidade no evento. “É uma oportunidade fundamental para falar com os farmacêuticos sobre os assuntos dessa área e mostrar a atuação do CRF-SP, como a recente vitória na Justiça que permite às farmácias manipular cosméticos sem a necessidade de prescrição médica. Isso estava inserido nas resoluções da vigilância sanitária e prejudicava o nosso âmbito de atuação.”

Por Mônica Neri

Conhecimento que vale a viagem

Farmacêuticos e acadêmicos viajam mais de 3 mil quilômetros para participar do evento

De Roraima ao Rio Grande do Sul, de Rondônia à Paraíba, todos os estados brasileiros estarão representados no XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo, de 10 a 13 de outubro, no Centro de Convenções Frei Caneca. Já estão confirmados participantes das 27 unidades federativas do país, que apostaram na qualidade de conteúdo, organização, networking, experiência dos ministrantes, tradição e conhecimento para se inscreverem no maior congresso de Farmácia da América Latina.

De viagem marcada para capital paulista, o farmacêutico do Maranhão dr. Luiz Fernando Ramos Ferreira ressaltou a organização como um dos atrativos. “Acho o Congresso Farmacêutico de São Paulo um dos mais organizados e com diversas áreas sendo trabalhadas com foco no crescimento da profissão farmacêutica. O CRF-SP possui uma expertise em organizar eventos e isso nos traz tranquilidade em enviar trabalhos e participar ativamente das palestras”, afirma.

Os acadêmicos também estão ansiosos para que chegue logo o mês de outubro. Bruno Martins, por exemplo, viajará três mil quilômetros entre o Rio Grande do



As 27 unidades federativas do país terão representantes no Congresso

Norte e São Paulo para aproveitar a oportunidade. “Minhas expectativas são aprofundar os meus conhecimentos nos assuntos que eu selecionei e conhecer os últimos trabalhos científicos a serem apresentados”, diz.

O XVIII Congresso Farmacêutico de São Paulo ocorrerá juntamente com o X Seminário Internacional de Ciências Farmacêuticas e

a Expofar 2015. Com o tema “Talentos Farmacêuticos: Construindo Hoje a Saúde do Amanhã”, a programação prevê cursos, palestras, simpósios, mesas-redondas e diversas atividades paralelas. Confira a programação completa no hot site:

www.crfsp.org.br/congresso

Por Mônica Neri

VACINA NAS FARMÁCIAS

Projetos de vereadora da capital propõem ampliar serviços farmacêuticos na esteira da Lei 13.021/14

Dentre os benefícios à saúde da população implícitos na aprovação da Lei 13.021/14, uma das inovações foi a inclusão de um dispositivo que autoriza farmácias a administrarem vacinas e soros. No entanto, é importante regulamentar como esse procedimento será licenciado nas farmácias.

Para isso, a vereadora Edir Sales (PSD-SP) protocolou, em junho, na Câmara dos Vereadores, o Projeto de Lei 313/15, que prevê a ampliação dos serviços farmacêuticos oferecidos em farmácias e drogarias, incluindo a aplicação de vacinas. Na ocasião, a vereadora também protocolou o PL 312/15, que propõe instituir a Semana do Uso Racional de Medicamentos na capital.

Ambos os projetos de lei contaram com o apoio do CRF-SP, que ofereceu subsídios técnicos na elaboração das propostas. “O CRF-SP tem sido grande empreendedor de ações que beneficiam

não só os farmacêuticos, mas também por promover o uso racional de medicamentos e a prestação de serviços”, afirma a vereadora. “Entendo que os dois PLs colocam o município de São Paulo numa situação pioneira.”

ABAIXO DA META

Atualmente, apenas alguns estabelecimentos administram vacinas como postos de saúde, hospitais e clínicas, sob a responsabilidade técnica de um médico. De acordo com o Ministério da Saúde, na última Campanha Nacional de Vacinação contra a gripe, 78,5% do público-alvo da mobilização foi vacinado no Estado de São Paulo, o único a ficar abaixo da meta em todo o Brasil.

A administração de vacinas em farmácias facilitará o acesso da população à vacinação, aumentando o volume de imunizações e até barateando o



Dr. Pedro Menegasso em entrevista à TV Câmara



A vereadora Edir Sales (PSD-SP) apresentou os PLs 312 e 313/15

custo, sem diminuir a qualidade do serviço, visto que o farmacêutico é um profissional qualificado para realizar esse procedimento de forma segura.

Em entrevista à TV Câmara, o presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso, comentou as propostas encaminhadas à Câmara. “São projetos que seguem as tendências atuais previstas para a atuação do farmacêutico e dos estabelecimentos de saúde. A população só tem a ganhar.”

Após passar pelas comissões internas da Câmara, as propostas estarão aptas a serem votadas em plenário em primeiro turno. Até setembro, os PLs 312 e 313/15 já haviam sido aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa (CCJ). O PL 312/15 também recebeu parecer favorável da Comissão de Educação da Câmara.

Leia a seguir a entrevista concedida pela vereadora Edir Sales à **Revista do Farmacêutico**:

Revista do Farmacêutico - Quais fatores motivaram a Sra. a criar os Projetos de Lei 312 e 313/15?

Edir Sales - Em minha carreira política sempre fui amiga dos farmacêuticos. Tanto é que estivemos juntos e recebi muitas orientações quando iniciei a luta para o fim do álcool nos tônicos infan-

tis, quando fui deputada estadual. Após a sanção da Lei 13.021/14, que regulamentou a categoria no país, faltava uma lei específica em nossa cidade para que esse profissional amplie sua atuação e trabalhe com tranquilidade, por isso apresentamos o Projeto 313/2015. Já o PL 312/2015 trata da conscientização da população sobre a importância do farmacêutico e do uso correto dos medicamentos.

RF - De que forma a Sra. acredita que a instituição da Semana do Uso Racional de Medicamentos, prevista no PL 312/15, irá favorecer a população de São Paulo?

ES - A Semana do Uso Racional de Medicamentos vai incentivar estudos e experiências inovadoras na área farmacêutica, conscientizando a população paulistana sobre os riscos da automedicação e a importância do uso racional de medicamentos, além de aproximar o profissional de farmácia das comunidades.

RF - No caso do PL 313/15, a Sra. acredita que, uma vez sancionada, essa medida contribuirá para o atingimento de metas em campanhas de vacinação?

ES - Sem dúvida. Hoje existe uma grande dificuldade de atingir a meta nacional, principalmente no caso das vacinas da gripe, uma vez que faltam divulgação e fácil acesso à população. A nossa realidade mostra que algumas vezes o posto de vacinação fica distante e recebe uma grande demanda, já as farmácias estão sempre próximas, mesmo nas regiões mais afastadas da cidade. O farmacêutico tem plenas condições de contribuir para essas campanhas.

RF - Qual a importância dessa aproximação do poder público com a classe farmacêutica?

ES - O CRF-SP tem feito um trabalho importante para a conscientização sobre o uso correto dos medicamentos. Nós, do poder público, também temos o dever de ajudar nessa luta, propondo leis, programas de conscientização e também incentivando e reconhecendo o empenho dos farmacêuticos. Estar próximo do poder público facilita o entendimento das necessidades da categoria. Faz parte da minha atuação como parlamentar acompanhar o dia a dia dos farmacêuticos e ser uma ponte com o Poder Executivo.

Por Renata González



Uma farmacêutica na reitoria da Unifesp

Dra. Soraya é a primeira não-médica no cargo de uma das mais tradicionais universidades do país conhecida pela Medicina

Desde a graduação em Farmácia, há 30 anos, pela Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto), a dra. Soraya Smaili traçou uma carreira de sucesso no meio acadêmico. Foi docente, pesquisadora no exterior, contribuiu com seus conhecimentos para a pesquisa brasileira e, há dois anos e meio, é a reitora de uma das instituições de ensino mais importantes do país, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Como se não bastasse o mérito por assumir o elevado status, quebrou vários paradigmas da tradicional instituição: é a primeira mulher, a mais jovem e uma inédita reitora não-médica a assumir o cargo.

A dra. Soraya é docente e militante da universidade desde 1992. Em sua avaliação, a instituição vivia um contexto que apontava para uma reitoria comandada por outro profissional não-médico, mas a mudança ocorreu mais rápido do que imaginavam. “Aceitamos o desafio de formar um grupo para concorrer e fizemos uma belíssima campanha. Fomos eleitos pela comunidade, alunos, funcionários e professores, depois pelo conselho universitário”, conta a reitora, que foi nomeada após o processo eleitoral em 2013 pela presidente Dilma Rousseff.

Assumiu uma universidade em plena transformação e que passou por uma acelerada expansão: passou de mil estudantes de graduação para 11 mil, de 500 docentes para 1,5 mil, estava presente apenas na cidade de São Paulo e hoje possui campi em seis cidades do Estado, além de ser responsável pelo maior



ARQUIVO PESSOAL

A dra. Soraya Smaili (esq) é ativista na universidade pública desde os tempos de estudante, trabalhando para atrair recursos e desenvolver projetos de pesquisa

hospital da rede federal, o Hospital São Paulo. Hoje, administra um orçamento estimado em R\$ 730 milhões, segundo dados do ano passado.

No início, relata a reitora, ela foi recebida com desconfiança, o que considerou natural, já que a comunidade não sabia o que o seu grupo poderia realizar. “Hoje, digo que essa desconfiança não existe mais, está superada. Sabemos que a mudança que queremos não será feita da noite para o dia”, afirmou a dra. Soraya, que nesse momento quer consolidar sua administração e continuar na luta pelo ideal de uma universidade plena, que alie juventude e tradição e continue a ser referência em pesquisa.

TRAJETÓRIA

Filha de imigrantes libaneses, que trabalharam fortemente para oferecer uma boa educação aos filhos, seu pai, comerciante, chegou muito jovem ao Brasil e se integrou rapidamente à comunidade local. Dra. Soraya é a caçula e única mulher entre os filhos. Tem um irmão economista, outro advogado e outro

que também seguiu no comércio, uma profissão tradicional entre os descendentes da sua nacionalidade.

Na adolescência, chegou a ter interesse em seguir a carreira no jornalismo porque, desde cedo, desenvolveu boa escrita, gostava de ler e possuía habilidade destacada para se comunicar com desembaraço. No entanto, o interesse e curiosidade pelas leituras científicas falaram mais alto.

“Escolhi a farmácia por ser uma carreira tradicional e sólida, por ter muitas disciplinas e também porque tinha desejo de atuar na área de saúde. Isso se juntou à minha vontade de pesquisar, de escrever e a minha curiosidade. Foi uma opção perfeita para mim”, afirma com entusiasmo.

Terminada a graduação, já sabia que iria trilhar a carreira acadêmica. Ingressou no melhor programa de mestrado e doutorado em farmacologia na época, na Escola Paulista de Medicina (EPM) e, ao final do doutorado, prestou concurso e integrou a equipe de professores da EPM.

A sede pelo conhecimento impulsionou a jovem pesquisadora a fazer o pós-doutorado no exterior, no National Institute of Health, uma das principais instituições de pesquisa dos Estados Unidos, onde teve



Cerimônia de posse, em 2013. Carreira acadêmica exemplar leva a farmacêutica à reitoria de uma das universidades mais importantes do país, tradicionalmente comandado por médicos

acesso aos melhores laboratórios e permaneceu por dois anos e meio. Foi convidada para trabalhar e permanecer no exterior, mas a opção foi voltar.

“Sou uma pessoa de valores. Fui ao exterior com recursos públicos, como bolsista, então era meu dever implantar a técnica aqui e desenvolver o meu país. Pode parecer meio romântico hoje

em dia, mas para mim foi um compromisso”, conta.

Ativista da universidade pública desde os tempos de estudante, trabalhou para atrair recursos para a melhoria do ensino e para desenvolver projetos de pesquisa. “O envolvimento com a universidade me fez ter esse encontro com a política acadêmica. Tenho clareza dessa trajetória. Se a gente não fizer isso, não se fortalece como professor, nem como pesquisador”, completou.

Dra. Soraya afirma que depois da passagem pela reitoria, continuará docente e pesquisadora. “Volto para o laboratório com muito gosto. Tenho muita paixão pelo que faço. Posso usar o que aprendi aqui em benefício da instituição.”

Amante do cinema e da cultura árabe, juntou as duas paixões ao participar da fundação do Instituto da Cultura Árabe, que já tem dez anos de atividades e foi concebido por meio da união de intelectuais que se interessam pela cultura do Oriente Médio. Essa mobilização resultou na Mostra Mundo Árabe de Cinema, da qual é curadora. Em agosto, o Instituto realizou a décima edição do evento.

Por Carlos Nascimento

Previsão de tempo: ruim para os alérgicos

Com grande procura nesta época do ano devido à maior exposição de agentes alergênicos, anti-histamínicos requerem cuidados e orientação farmacêutica

Caracterizada por temperaturas instáveis e com domínio de baixa umidade relativa do ar, esta época do ano é uma grande vilã para pessoas portadoras de alergias respiratórias, fator que é ainda mais agravado entre as que permanecem muito tempo em ambientes fechados, expostas a agentes alergênicos como poeira, ácaros e mofo. Por esse motivo, quando a umidade do ar está baixa, as farmácias registram grande procura por anti-histamínicos, o que reforça a importância de o farmacêutico oferecer orientação sobre esses medicamentos.

A histamina é sintetizada e liberada por diferentes células humanas, especialmente basófilos, mastócitos, plaquetas, neurônios histaminérgicos, linfócitos e células enterocromafínicas, sendo estocada em vesículas ou grânulos liberados sob estimulação^{1,2}. A histamina (2-[4-imidazolil]etilamina) foi descoberta em 1910 por Dale e Laidlaw e foi identificada como mediadora da reação anafilática em 1932¹.

Os anti-histamínicos, então, funcionam dificultando ou impedindo que a histamina consiga se ligar aos receptores celulares pelos quais tem afinidade. Esses medicamentos são denominados segundo o

receptor para histamina com o qual interagem. Assim, aqueles que atuam preferencialmente em receptores H₁, H₂, H₃ e H₄ são chamados, respectivamente, anti-H₁, anti-H₂, anti-H₃ e anti-H₄. Os anti-H₁ são os mais utilizados no tratamento das doenças alérgicas².

Os anti-histamínicos são principalmente utilizados na terapia de processos alérgicos associados ao trato respiratório (rinite, resfriado), na cinetose (enjoo em movimento), vertigem e nas alergias de pele (urticária, dermatite de contato e atópica)³.

1ª E 2ª GERAÇÕES

Os primeiros fármacos anti-histamínicos disponíveis são capazes de atravessar a barreira hematoencefálica e provocar sedação intensa. São os chamados anti-histamínicos de primeira geração. Esses medicamentos conseguem atravessar o sistema nervoso central e são utilizados na prevenção da cinetose (difenidramina) e são eficazes na redução do tempo de início do sono³.

Os agentes anti-histamínicos de segunda geração, como a fexofenadina, loratadina, cetirizina e ebastina apresentam maior seletividade

de pelos receptores histamínicos H₁, ou seja, dificilmente atravessam a barreira hematoencefálica e raramente causam sedação³.

EFEITOS ADVERSOS

Além do poder sedativo, os anti-histamínicos de primeira geração como difenidramina, prometazina, hidroxizina e clorfenidramina podem provocar efeitos anticolinérgicos indesejáveis, como boca seca, visão turva, retenção urinária e obstipação; redução do estado de alerta e concentração e falta de coordenação motora³. A prometazina também está associada com hipotensão decorrente do bloqueio de receptor alfa-adrenérgico.

Com perfil diferente, os anti-histamínicos de segunda geração também podem produzir diversos efeitos colaterais. A terfenadina está associada à taquicardia ventricular pela formação de um metabólito que bloqueia os canais retificadores cardíacos de K⁺, levando à cardiotoxicidade³.

INTERAÇÕES

Pacientes com hepatopatia ou em uso de fármacos inibidores de CYP3A4, como a eritromicina e

cetoconazol, devem evitar o tratamento com terfenadina¹.

A associação de álcool ou outros depressores do SNC aos anti-histamínicos H1 de primeira geração potencializa os efeitos da bebida⁴.

IMPORTANTE!

A assessora técnica do CRF-SP, dra. Amouni Mourad, adverte que o efeito sedativo das substâncias

anti-histamínicas de primeira geração torna-se particularmente indesejável quando o paciente necessita exercer atividades que exigem atenção e rapidez de reflexos. A capacidade para induzir depressão central é mais acentuada entre as substâncias do grupo das etanolaminas (carbinoxamina, clemastina, difenidramina, doxilamina)⁴.

Anti-histamínicos do tipo piperazina (meclizinaclorclizina) exi-

bem forte potencial teratogênico, sendo capazes de induzir malformações em ratos, o que exige cuidado no uso durante a gravidez. Existem evidências de que a norclorclizina, um metabólito dos derivados piperazínicos, seja responsável pelos efeitos teratogênicos desses anti-histamínicos⁴.

Por Renata González

FONTES:

- 1- CRIADO PR, CRIADO RFJ, MARUTA CW, MACHADO FILHO CA. HISTAMINA, RECEPTORES DE HISTAMINA E ANTI-HISTAMÍNICOS: NOVOS CONCEITOS. ANBRASDERMATOL. 2010;85(2):195-210.
- 2- CAMELO-NUNES INÊS CRISTINA. NOVOS ANTI-HISTAMÍNICOS: UMA VISÃO CRÍTICA. J. PEDIATR. (RIO J.) [INTERNET]. NOV 2006 [CITED 25 JUNHO 2015]; 82 (5 SUPL): 5173-5180. DISPONÍVEL A PARTIR DE: [HTTP://WWW.SCIOLO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0021-75572006000700007&LNG=EN](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572006000700007&lng=en). [HTTP://DX.DOI.ORG/10.1590/S0021-75572006000700007](http://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572006000700007)
- 3-FONTE: PORTAL EDUCAÇÃO - CURSOS ONLINE : MAIS DE 1000 CURSOS ONLINE COM CERTIFICADO [HTTP://WWW.PORTALEDUCAO.COM.BR/FARMACIA/ARTIGOS/10025/ANTI-HISTAMINICOS#IXZZ3EBBNBC7](http://www.portaleducacao.com.br/farmacia/artigos/10025/ANTI-HISTAMINICOS#IXZZ3EBBNBC7)
- 4-ROBERTO DELUCIA (ORGANIZADOR) ;CLEOPATRA DA SILVA PLANETA; MARCIA GALLACCI ; MARIA CHRISTINA W.DE AVELLAR COAUTORAS).- RICARDO MARTINS DE OLIVEIRA FILHO (COAUTOR). - CLUBE DE AUTORES: SÃO PAULO, 2014. - 2 V.: IL. FARMACOLOGIA INTEGRADA USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.FOAR.UNESP.BR/HOME/BIBLIOTECA/PDF-FARMACOLOGIA-INTEGRADO-5A-ED-VOL-II.PDF](http://www.foar.unesp.br/home/biblioteca/pdf-farmacologia-integrado-5a-ed-vol-ii.pdf)

Informe Publicitário 1/1

O CRF-SP não se responsabiliza pelo conteúdo.

AUMENTE A LUCRATIVIDADE DE SUA FARMÁCIA!

Softwares especializados em drogarias e farmácias de manipulação



Adesão, instalação e suporte **GRATUITOS***



Geração de arquivo SPED **GRATUITA**



Sem custos adicionais com PBM's e Farmácia Popular



Recarga de celular integrada

*Consulte área de cobertura.

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO GRATUITA

 18 **3402-0000** Matriz

 **comercial@vsm.com.br**
vsm.com.br

Consulte no site nossos telefones regionais.



Conheça também a VSM SHOP

SAT FISCAL: várias marcas com preços especiais!

vsmshop.com.br



OuroFarma® + OuroFórmulas®
A fórmula ideal para a gestão de sua farmácia

CAPA



Os desafios da Ética

Lei 13.021/14 e momento do país colocam a ética no centro do debate. CRF-SP promoveu seminário para debater ética no cuidado ao paciente

ado

Nos posts do Facebook, nas conversas de bar, nos telejornais, a palavra do momento é uma só: ética.

“É provável que, na história do pensamento, nunca se tenha usado tanto a palavra ética quanto nesse momento. De 30 anos para cá, acontece com a palavra um fenômeno curioso, ela transbordou da universidade para ocupar todos os espaços. É hoje a palavra mais empregada no espaço público contemporâneo”, afirma o doutor e livre-docente pela Escola de Comunicação e Artes da USP, palestrante há dez anos no mundo corporativo e consultor.

Considerado pela revista Exame um dos melhores palestrantes das Américas, dr. Clóvis abriu o Seminário de Ética do CRF-SP, realizado em São Paulo, dia 30 de maio, com o tema “Cuidado ao Paciente: Autonomia, Direito, Responsabilidade e Ética” (veja entrevista nas páginas 28, 29 e 30).

O nome do evento já antecipava o norte aos farmacêuticos para uma prática profissional ética: a segurança do paciente.

“Mais do que nunca, precisamos agir com foco em quem vai receber nosso trabalho, pois, com a mudança de paradigma trazida com a Lei 13.021/14, nossa profissão ganhou sentido no aspecto em que a farmácia deixa de ser um simples comércio e passa a ser um estabelecimento de saúde”, afirma o presidente do CRF-SP, dr. Pedro Menegasso.

O assessor jurídico do CRF-SP, dr. Marcus Elidius, destacou que quando o farmacêutico conhece me-



FOTOS: LUIZ PRADO / AGENCIA LUZ

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), dr. Pedro Menegasso e o assessor jurídico do CRF-SP, dr. Marcus Elidius

lhor suas obrigações, automaticamente, aproxima-se dos seus direitos. “Como diz o filósofo jurídico Hans Kelsen, existem dois mundos, o do ser e o do dever ser. O mundo do ser é a realidade, enquanto o outro é como ele deveria ser. As leis procuram disciplinar o mundo do dever ser, mas nem sempre isso reflete na realidade. A Lei 13.021/14 é mais uma norma do mundo do dever ser, mas cabe a nós fazermos com que ela também seja efetivada no mundo do ser.”

O autor da Lei, o deputado Ivan Valente, defende ser necessário reverter a lógica da sociedade, com o poder econômico a conduzir todos os campos da vida cotidiana. “Vivemos em uma sociedade onde falta ética e responsabilidade. Mas isso não muda de uma hora para outra. Mudará apenas quando cada cidadão fizer a sua parte e assumir o protagonismo da sua própria história.”

“MAIS DO QUE NUNCA, PRECISAMOS AGIR COM FOCO EM QUEM VAI RECEBER NOSSO TRABALHO, POIS, COM A MUDANÇA DE PARADIGMA TRAZIDA COM A LEI 13.021/14, NOSSA PROFISSÃO GANHOU SENTIDO NO ASPECTO EM QUE A FARMÁCIA DEIXA DE SER UM SIMPLES COMÉRCIO E PASSA A SER UM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE”

Pedro Eduardo Menegasso
Presidente do CRF-SP



Conflitos éticos relacionados à saúde também ganharam o noticiário nos últimos anos. Em 2013, a invasão do laboratório Royal, na região metropolitana de São Paulo, por um grupo de ativistas contra maus tratos aos animais, levou ao resgate de cães beagle usados nas pesquisas e à posterior falência da empresa. Especialistas do setor foram claros quanto a necessidade de testes em animais.

O prêmio Nobel de medicina de 1993, o médico britânico Richard J. Roberts, assustou o mundo com a entrevista ao jornal espanhol La Vanguardia, há

sete anos, na qual denunciou os grandes laboratórios, que, para ele, vetam pesquisas de medicamentos que curam doenças, preferindo os que as cronificam, porque são mais rentáveis. “Às multinacionais farmacêuticas, interessam manter a sociedade um pouco doente”, bradou na época.

Em julho deste ano, o caso de bioética que chocou o mundo foi o do médico americano dr. Farid Fata. Também conhecido como “Doutor Morte”, o especialista em oncologia deu diagnósticos falsos de câncer para pelo menos 553 pacientes saudáveis, dos quais muitos sofreram sequelas após serem submetidos a tratamentos desnecessários de quimioterapia e com outros medicamentos.

Segundo a queixa criminal aberta pela polícia



dr. Pedro Eduardo Menegasso, presidente do CRF-SP

federal americana, o FBI, as motivações do médico eram econômicas e ele chegou a faturar um total de US\$ 225 milhões (R\$ 725 milhões) entre 2007 e 2013. Esta fraude era feita por meio da sociedade *Michigan Hematology Oncology*, que mantinha sete clínicas no Estado de Michigan (EUA).

SAÚDE E LUCRO

O professor-doutor Clovis enxerga o conflito saúde versus lucro, que para ele não são necessariamente antagônicos, como

um dos mais importantes a serem enfrentados pelos farmacêuticos.

Porém, mesmo esse ponto se traduz em desafios cotidianos, seja na farmácia, na indústria ou no hospital.

“A ética nasceu para cuidar da felicidade. Porém, se você analisar a palavra hoje, ela é sempre associada a situações tristes, das quais não gostaríamos de participar”, explica o professor Clóvis. “Antes de mais nada, a palavra ética tem vários significados, e palavras assim são de difícil definição, como um cobertor curto. Você encontra um significado, mas descobre outros.”

DILEMAS COTIDIANOS

O seminário do CRF-SP serviu para que profissionais de diversas áreas expusessem seus dilemas cotidianos. O dr. Rafael Cairê dos Santos, atuante na saúde pública, contou que um dos principais conflitos hoje em postos é em relação ao direito ao sigilo que todo paciente tem. Segundo ele, falta espaço para um atendimento personalizado e privativo, “com mais profundidade”. Às vezes, pacientes com DSTs e outras doenças estigmatizadas, por exemplo, têm de receber a orientação no balcão do dispensário, diante da fila.



Dr. Ivan Teixeira, dr. Marcos Machado, dr. Carlos Henrique Cunha e dr. Rafael dos Santos



Dr. José Marques Filho, da Sociedade Brasileira de Bioética

Tratamento humanizado, informação correta e direito ao sigilo são os tópicos de ética profissional mais discutidos entre os farmacêuticos de análises clínicas. Procedimentos que não causem dor ou grande desconforto ao paciente ou pelo menos avisá-lo do que o espera no laboratório são exemplos disso.

“Antigamente, quando o paciente fazia um exame de HIV, por exemplo, muitos nem sabiam que estavam fazendo esse teste. E o que o farmacêutico deve fazer? Informá-lo, pelo menos, sobre o que está fazendo, de que o resultado do exame pode ser positivo, ou apenas realizar o exame, já que o médico pediu, não importando o que pensa e sente o paciente? Ele deve autorizar o procedimento ou não?”, questiona o dr. Marcos Machado, representante das análises clínicas e diretor do CRF-SP.

PERGUNTE A SI MESMO

Como representante da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), o médico dr. José Marques Filho falou sobre bioética no cuidado ao paciente.

A bioética é um conceito recente, com menos de um século, mas que já causa discussões intensas,



Os mediadores do debate dra. Priscila Dejuste, dr. Paulo Lorandi, dra. Margarete Akemi Kishi e dra. Raquel Rizzi

como o aborto, a eutanásia, as crenças religiosas diante de uma dificuldade médica, a fertilização in vitro, testes em animais, entre outras.

Dentro desse aspecto, como fica a autonomia profissional? De acordo com o médico, ela é fundamental, mas é importante estabelecer que ela termina assim que começa a autonomia de quem se cuida.

O representante da SBB propõe algumas questões para o farmacêutico se fazer antes de tomar uma decisão: “Estamos tomando uma decisão legal? Estaríamos preparados para defender publicamente essa decisão? Tomaríamos a mesma decisão daqui umas horas ou dias? Se a resposta for sim, a conduta está, provavelmente, sendo prudente”, explica.

O TRABALHO DOS CONSELHOS EM ÉTICA PROFISSIONAL

Um dos motivos de existência dos conselhos profissionais é fiscalizar o exercício ético de seus inscritos, zelando, assim, pelo bem da população que recebe os seus serviços ou produtos. O CRF-SP prioriza a questão ética em todas as ações que realiza junto aos farmacêuticos e cobra a aplicação no dia a dia do exercício profissional.

Com 24 comissões de ética, que abrangem todas as regiões do Estado, e mais de 80 mil fiscalizações por ano, o Conselho busca também atualizar e educar seus inscritos sobre o tema. Grandes eventos, como esse, que trazem para o farmacêutico os nomes mais importantes do país que debatem o assunto, são fundamentais.

Por Mônica Neri e Renata González

Uma revolução ética na saúde



“Algumas vezes, lucro e saúde prosperam muito bem juntos, mas muitas vezes entram em conflito.” Com essa frase, o doutor e livre-docente pela Escola de Comunicação e Artes da USP, palestrante há dez anos no mundo corporativo e consultor, Clóvis de Barros Filho, retrata a base dos conflitos éticos mais significativos na área da saúde. Na entrevista a seguir, um dos mais prestigiados palestrantes sobre ética do mundo, dr. Clóvis aborda a questão sob o ponto de vista da farmácia, mas também do momento em que que o país vive e da saúde como um todo. Leia trechos:

Revista do Farmacêutico – Qual é a melhor forma de definir ética?

Clovis de Barros Filho – A ética é uma destas preocupações teóricas no campo da filosofia que tem por objeto a ação, a conduta, os valores utilizados para julgar o comportamento humano. A ética é uma reflexão sobre as ações livres, sobre tudo aquilo que consideramos certo ou errado.

Assistimos na TV a conflitos, denúncias de corrupção, manifesta-

ções. Como o sr. define, à luz da ética, o momento que o nosso país vive?

Vivemos um período de muitos avanços no campo da ética. Lembro-me que na ditadura civil-militar a corrupção nas estatais era muito maior, mais explícita, e só não era discutida por causa da censura e da repressão. As chantagens para obter atendimento ou um serviço de qualidade em bancos, hospitais, escolas, universidades ou nos tri-

bunais era tão descarada que tinha até tabelinha de corrupção divulgada por secretárias e enfermeiras. Quem trabalhou como advogado ou jornalista naquela época se lembra muito bem dessas cenas bizarras. A evolução moral de nossa sociedade atingiu seu ápice ao tratar de esquemas arraigados de corrupção como os da Petrobras, do Metrô em São Paulo ou da Fifa/CBF – a minha geração jamais acreditou que isso um dia iria acontecer.

“ALGUMAS VEZES, LUCRO E SAÚDE PROSPERAM
MUITO BEM JUNTOS, MAS MUITAS VEZES
ENTRAM EM CONFLITO.”

Clóvis de Barros Filho

“

A ética pessoal é diferente da aplicada ao campo profissional, por exemplo? Resumindo: há ambientes que exigem concessões?

Não digo a ética, mas os valores. Os valores que priorizamos na família são diferentes dos que priorizamos com os amigos e

com a nossa profissão. Imagine cobrar de nossos parentes resiliência para aturar críticas e colocar o lucro como principal meta da vida familiar? Seria um absurdo. Imagine se perdoássemos e fôssemos complacentes com nossos subordinados da mesma

maneira que fazemos com nossos filhos? Haveria problemas sérios de organização e liderança. Afeto, lucro, paciência, eficiência e outros inúmeros valores são importantes, mas precisamos saber quando usá-los nas situações adequadas.

Em 2014, foi aprovada a Lei 13.021/14, que define a farmácia como estabelecimento de saúde. Essa Lei pôs fim a um conflito de duas décadas, na qual tínhamos, de um lado, alguns proprietários de farmácia lutando pela visão simples do comércio de medicamento, e, de outro, o direito do cidadão ao acesso à orientação, atenção e prestação de serviços de saúde para melhoria da quali



“PRECISAMOS DE UMA POPULAÇÃO ENGAJADA NA DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO E DA EXTENSÃO DA CIDADANIA”

Clóvis de Barros Filho



dade de vida e sucesso do tratamento. O sr. enxerga esse conflito como um problema ético ou são apenas visões diferentes sobre uma atividade?

Esse é um problema ético envolvendo dois valores importantes que estão em conflito. Os proprietários de farmácia lutavam para manter a liberdade de comercialização e a obtenção de lucro, já os consumidores reivindicavam outros valores como o respeito à dignidade humana, o direito à vida e à informação.

Quais os conflitos éticos mais significativos que o sr. vê na área da saúde?

O conflito essencial reside entre dois valores: a defesa do lucro versus a defesa da vida. Algumas vezes, lucro e saúde prosperam muito bem juntos, mas muitas vezes eles entram em conflito. Salvar uma vida pode se tornar pouco rentável.

Como o sr. enxerga o sistema de saúde brasileiro, público e privado, do ponto de vista da ética?

A medicina privada é uma

abominação, pois mostra que nossa sociedade não evoluiu o suficiente para oferecer um serviço público de qualidade. Até os norte-americanos mais liberais perceberam o grande erro de ter privatizado o sistema de saúde. Há grupos de empresários e políticos que lucram muito com toda a desgraça da saúde pública, tanto do ponto de vista econômico quanto da esperança de uma eugenia social. Nunca tinha visto tantos políticos e médicos falando abertamente sobre extermínio de negros, índios e pobres nas redes sociais. A violência da classe médica contra a população carente tem aumentado muito.

Que caminhos trilhar rumo à mudança dessa situação?

Uma revolução ética. O brasileiro precisa entender que a corrupção não é fruto de um partido político, ou de meia dúzia de nomes, mas ela é intrínseca ao próprio sistema midiático e político. Haja visto que não houve uma reforma política de verdade no Congresso. O povo precisa entender que vive-

mos em uma república, do latim coisa pública. O governo deve ser feito para todos e não para uma pequena classe de privilegiados. Nossa educação, saúde, segurança e prosperidade econômica devem ser estendidas a todos, se tornar público, e cada cidadão deve lutar com todas as suas forças para manter vivo o espírito de solidariedade republicana.

É uma grande mentira dizer que precisamos de políticos melhores para mudar o país. Precisamos de uma população engajada na defesa do serviço público e da extensão da cidadania. Quando trabalhadores e empresários honestos começarem a se mobilizar contra cada escola ou hospital sucateado, contra cada jovem negro inocente morto por bandidos ou policiais, nós teremos capacidade de nos tornar um país de primeiro mundo. Enquanto as pessoas ficam postando calúnias e boatos de políticos na internet, elas deveriam postar todo dia fotos de como estão as escolas dos seus filhos, as ruas e os pronto-socorros e hospitais de seus bairros.

por Mônica Neri



DÓS

GRADUAÇÃO

**ASSUNTOS REGULATÓRIOS NA
INDÚSTRIA FARMACÊUTICA**

**CONTROLE DE QUALIDADE NA
INDÚSTRIA FARMACÊUTICA**

**GESTÃO DE QUALIDADE
E AUDITORIA EM
PROCESSOS INDUSTRIAIS**

**PRODUÇÃO INDUSTRIAL
FARMACÊUTICA**

**PESQUISA E
DESENVOLVIMENTO DE
MEDICAMENTOS**

QUÍMICA FARMACÊUTICA

Certificado emitido pela Faculdade Católica

**Inscrições abertas com turmas
confirmadas em Campinas e São Paulo-SP**

**0800 602 6660
www.ictq.com.br**

Farmacêuticos em fase de conquista do SUS

A nova Lei 13.021/14 garante a presença do farmacêutico nas unidades públicas; em SP, número de profissionais da área cresceu 42%

Desde a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis n.º 8080/90 e n.º 8.142/90, o papel do farmacêutico na saúde pública sofreu alterações significativas, principalmente atreladas à ampliação do acesso dos cidadãos aos serviços de saúde e ao recebimento de medicamentos essenciais. A novidade é que a presença do farmacêutico no Sistema nunca registrou um avanço tão importante quanto agora.

Para se ter uma ideia do progresso, de abril de 2012 a junho de 2015, o número de farmacêuticos que atuam como responsáveis técnicos, farmacêuticos substitutos ou supervisores nas unidades municipais da saúde do Estado, passou de 1.621 para 2.313 – aumento de 42%.

A assistência farmacêutica, nesse contexto, foi a protagonista inclusive de uma política direcionada. A Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF), que completou, em 2014, dez anos de lançamento, com muitos avanços para o setor e muitos desafios para o futuro.

Mesmo assim, há ainda prefeituras e hospitais públicos que não

prorizam a presença do farmacêutico nas unidades que dispensam medicamentos, assim como não oferecem oportunidades para implantação da atenção farmacêutica, como já ocorre em muitas farmácias privadas.

Para ajudar a reverter essa situação, há pouco menos de um ano, a Lei 13.021/14 foi aprovada, designando as farmácias como locais prestadores de serviços de saúde e trazendo uma série de avanços que ultrapassam a esfera pública.

Apesar de ainda ser nova, percebe-se que a Lei está surtindo efeito. Juízes e desembargadores vêm embasando um número considerável de decisões judiciais em todo o país na referida norma, entendendo a farmácia como estabelecimento de saúde.

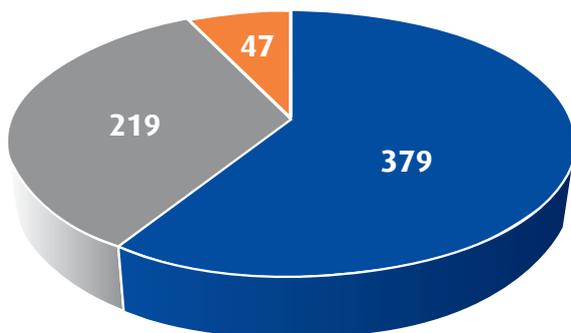
Nesse sentido, em São Paulo, o Conselho Regional de Farmácia teve algumas decisões favoráveis, como a do

Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, que reconheceu a obrigatoriedade da assistência farmacêutica nos dispensários de medicamentos da rede pública e em unidades hospitalares de pequeno porte no município de Mairiporã, autorizando a fiscalização e autuação com base na Lei n.º. 13.021/2014.



A SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS E DOS MUNICÍPIOS NO ESTADO

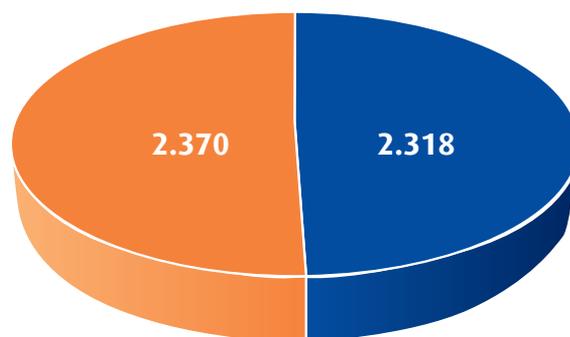
NÚMERO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO



TOTAL: 645

■ REGULARES ■ PARCIALMENTE REGULARES ■ IRREGULARES

NÚMERO DE UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE (UBS, HOSPITAIS, FARMÁCIAS, ETC.)



TOTAL: 4.688

■ REGULARES ■ IRREGULARES

ARTE: BÁRBARA GABRIELA

FONTE: FISCALIZAÇÃO CRF-SP

Também foi nos termos da mesma lei que o TRF 3ª Região concedeu decisão favorável ao CRF-SP em ação ajuizada por uma clínica que pedia a suspensão da fiscalização e autuação de seu dispensário de medicamentos.

Na ocasião, a desembargadora do caso apontou ser necessária, sim, a presença de farmacêutico nos dispensários de medicamentos, sendo permitida, inclusive, a aplicação de multas.

No entendimento dos magistrados, com a nova Lei, em seus artigos 5º, 6º e 8º, as farmácias de qualquer natureza requerem, para seu funcionamento, obrigatoriamente, a responsabilidade e a assistência técnica de farmacêutico habilitado na forma da lei; a autorização e o licenciamento da autoridade competente, além da necessidade da presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento. Sendo assim, a farmácia privativa de unidade hospitalar ou similar também necessita de direção e desempenho técnico de farmacêuticos.

MINAS E ESPÍRITO SANTO

Em outros Estados, são encontradas histórias semelhantes às do CRF-SP, como no caso de Minas Gerais, que obteve na Justiça Federal duas sentenças favoráveis contra o município de Brumadinho, que pedia a suspensão das multas lavradas pelo CRF-MG durante fiscalizações realizadas em cinco postos de saúde da cidade, todos funcionando sem a presença de farmacêutico responsável técnico.

Outra decisão judicial exemplar foi proferida na ação proposta pelo município de Catuji, ainda em 2014, quando o juiz manteve os treze autos de infração lavrados pelos fiscais do Conselho mineiro desde 2007, oito pela ausência de farmacêutico responsável técnico nos postos de saúde municipais e cinco contra o laboratório de Análises Clínicas, que também estava funcionando sem a devida assistência farmacêutica.

Já no Espírito Santo, somente neste ano, foram quatro decisões favoráveis em que o juiz determinou

a contratação de farmacêuticos em tempo integral de funcionamento da farmácia. Em todas elas, houve o embasamento na Lei 13.021/14.

AÇÕES DO CRF-SP

Desde 1999, o CRF-SP conta com comissões assessoras de Saúde Pública, que no princípio se chamava Comissão Assessora de Serviço Público do CRF-SP e estava localizada apenas na sede da entidade.

Com o intuito de discutir sobre o papel do farmacêutico na saúde pública, hoje, as comissões de saúde pública estão presentes na sede e em mais 16 seccionais e se reúnem para debater as políticas públicas de saúde do Estado e dos municípios, elaborar diretrizes, propor e revisar normas, entre outras ações que visem garantir a efetiva incorporação do farmacêutico no SUS.

Outra ação desenvolvida pelo CRF-SP que visa garantir à população seu direito à assistência farmacêutica, é o Grupo Técnico de Apoio aos Municípios (GTAM), que tem por objetivo colaborar com os municípios que desejam implementar ou melhorar o serviço, oferecendo suporte às prefeituras na elaboração de projetos de assistência farmacêutica. Os resultados das ações desse grupo são demonstrados pela crescente quantidade de farmacêuticos atuando no setor público, conforme números citados no início do texto.

Por Monica Neri



GRUPO TÉCNICO
DE APOIO AOS
MUNICÍPIOS



SAÚDE PÚBLICA

Informe Publicitário 1/1

O CRF-SP não se responsabiliza pelo conteúdo.



X Congresso Brasileiro de Farmácia Hospitalar Expo SBRAFH

12 a 14 de novembro de 2015
Expo Unimed - Curitiba - Paraná

A Farmácia Hospitalar nas Redes de Atenção à Saúde:
Protocolos integrados de assistência farmacêutica e a segurança do Paciente

Cursos | Palestras | Simpósios | Workshops | Encontros

Inscrições e informações pelo site: sbrafh.org.br/congresso2015

Realização:

Patrocínio:

Apoio:



Trânsito livre de farmacêuticos no Mercosul

“(...) a visão de que a Portaria nº 734/2014 do Ministério da Saúde se trata de um programa ‘Mais Profissionais de Saúde’ não é verdadeira, pois seu objetivo é a integração social (trabalho) dos povos latino-americanos”

A Constituição Federal de 1988 preleciona que o Brasil deve buscar “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”. O mandamento decorre da similitude cultural entre esses países e tem por objetivo enfrentar melhor os desafios em termos geopolíticos.

A consolidação do mandamento constitucional ocorreu no dia 26 de março de 1991, por intermédio do Tratado de Assunção celebrado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (1), e resultou na formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Seu objetivo é desenvolver a região, criando um espaço comum de circulação de pessoas, bens e serviços e reduzir/eliminar direitos alfandegários e restrições tarifárias, para que os seus Estados Partes possam elevar o grau de competitividade e

ampliar os mercados de maneira coesa, inclusive por meio da adoção de políticas comuns a terceiros estranhos ao bloco. Todos esses atos, em conjunto, pretendem criar o denominado “mercado co-

mun” (2) entre seus membros.

O Mercosul possui personalidade jurídica internacional e uma estrutura institucional com os seguintes órgãos: (i) Conselho do Mercado Comum (CMC); (ii) Gru-

po Mercado Comum (GMC); (iii) Comissão de Comércio do Mercosul; (iv) Parlamento do Mercosul; (v) Foro Consultivo Econômico-Social; e (vi) Secretaria Administrativa do Mercosul, cada um com atribuições específicas.

O processo de integração entre os países não está voltado somente ao aspecto econômico, mas também aos direitos sociais, como o exercício profissional, pois um “mercado comum” implica também em livre circulação de mão-de-obra. Sob esta ótica, consolidou-se em 1998, no âmbito do Mercosul, a “Declaração Sociolaboral” ou “Carta Social”, impondo aos seus Estados Partes o auxílio, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho a todos os migrantes, independentemente de sua nacionalidade, por meio de medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns voltados à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira.



Ata: Guilherme Morale

A responsabilidade pela fixação de procedimentos comuns relativos à circulação de trabalhadores recaiu sobre o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão deliberativo que possui 14 subgrupos de trabalho, dentre os quais o de nº 11: Saúde.

No Subgrupo de Trabalho nº 11, uma das equipes é responsável pelas “relações coletivas e individuais de trabalho, do ‘livre trânsito’ de trabalhadores, da formação profissional, da compatibilização dos currículos de formação, do reconhecimento da habilitação profissional (títulos e diplomas), registro profissional, regulação do trabalho e requisitos para o exercício profissional.” (3)

Ocorre que não é possível discutir o livre exercício da profissão dentro do bloco sem uma harmonização das legislações internas.

Diante disso, a equipe implementou a Matriz Mínima para o registro profissional, que resultou na edição da Resolução GMC nº 27/2004. O referido ato normativo diz respeito a informações sobre profissionais que exercem ou pretendem exercer sua profissão no Mercosul e/ou trabalhem em municípios de fronteira, sendo indispensável para habilitar os profissionais do setor de saúde no exercício de suas atividades próprias.

A importância da implementação da Matriz Mínima nos Estados Partes está relacionada à realização efetiva dos seguintes fatores: controle do fluxo dos profissionais de saúde entre os países; intercâmbio de informações entre os Ministérios de Saúde dos Estados Partes sobre os profissionais; a possibilidade de se evitar o exercício profissional em Estado diverso

ao seu país de origem, por aquele que esteja impedido de exercer sua atividade profissional; e ao respeito dos pré-requisitos complementares exigidos em cada país segundo a legislação nacional.

Em maio de 2014, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 734, aprovando a lista de profissões de saúde reconhecidas por todos os Estados Partes no Mercosul. Dentre médicos, dentistas e psicólogos, o farmacêutico foi incluído.

Importa ressaltar que a mera inclusão dos profissionais, ao contrário do propalado nas redes sociais, não implica no livre exercício da atividade em quaisquer dos países integrantes do Bloco Regional, e tampouco em uma política de governo criada a exemplo do programa Mais Médicos, pois, no Brasil, há necessidade de revalidação do diploma estrangeiro e o registro no respectivo Conselho profissional, além de ser preenchida a Matriz Mínima.

Por conseguinte, a visão de que a Portaria nº 734/2014 do Ministério da Saúde se trata de um programa “Mais Profissionais de Saúde” não é verdadeira, pois seu objetivo é a integração social (trabalho) dos povos latino-americanos, indo ao encontro de um dos ditames constitucionais.

Contudo, necessita ser melhor debatida nos conselhos de fiscalização profissional, pois não há um sistema de informação supranacional de penalidades ético-disciplinares.

Dessa forma, um profissional impedido de exercer seu encargo, por exemplo, no Uruguai, pode vir a exercê-lo no Brasil caso as informações sobre seu histórico ético-profissional não sejam analisadas, seja ele médico, dentista ou farmacêutico, o que implica em grande risco à saúde da população.

Portanto, premente é a necessidade da criação de um cadastro supranacional de penalidades ético-disciplinares com intercâmbio de informações entre os Ministérios da Saúde dos Estados Partes, a fim de garantir o adequado fluxo de referências sobre eventuais penalidades éticas aplicadas aos profissionais, resguardando a saúde da população e assegurando que os profissionais possam circular com segurança e dinamismo no âmbito do Mercosul.



Por dr. Roberto Tadao Magami Jr.
Departamento Jurídico do CRF-SP



NOTAS

- 1) Em 2012, a Venezuela passou a integrar o Mercosul;
- 2) Atualmente, no Mercosul, não há livre circulação dos fatores de produção, como por exemplo a mão-de-obra, mas apenas regras comuns para as importações oriundas de estados estrangeiros aos seus países integrantes. Portanto, o estágio de integração regional ainda é classificado como união aduaneira em fase inicial;
- 3) Fonte: <http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2010/03/Manual-Matriz-M%C3%ADnima.pdf>. Acesso em 5/6/2015.

Votação será online de 9 a 11 de novembro

Para votar, farmacêutico deve estar com dados cadastrais atualizados



Acada dois anos, os conselhos regionais de Farmácia realizam suas eleições. E 2015 é ano de votar. Antes de qualquer coisa, é necessário tirar algumas dúvidas sobre esse direito e contribuição para a profissão.

DATA E COMO VOTAR

As eleições ocorrerão a partir do meio-dia de 9/11/15 e finalizarão ao meio-dia de 11/11/15. Serão realizadas, pela segunda vez, via internet, ou seja, o farmacêutico apto a votar poderá escolher seus representantes sem sair de casa ou de seu local de trabalho. Além do computador, poderão ser usados tablet ou celular. Já para os farmacêuticos que não possuem acesso à web, o CRF-SP disponibilizará o “computador do farmacêutico”

em todas as seccionais, subseções e sede do CRF-SP durante o horário de funcionamento.

REGULARIDADE

Para o farmacêutico votar, é necessário estar regular e adimplente junto ao CRF-SP. Ou seja, não pode estar cumprindo penalidade de suspensão ou possuir pendências financeiras. Não será possível regularizar os débitos no dia da eleição.

O profissional também deve estar com seus dados cadastrais atualizados.

Do cadastro, devem constar, necessariamente, nome completo, filiação, nº do CPF, nº de inscrição, endereço, e-mail e telefone celular.

Para facilitar esse processo, o CRF-SP criou uma área no portal (www.crfsp.org.br) que permite ao farmacêutico realizar a atualização de dados online. O serviço de atendimento pessoal na sede,

seccionais e subseções do CRF-SP também pode ser utilizado.

VOTO OBRIGATÓRIO

O voto é obrigatório para todos os farmacêuticos inscritos no CRF-SP. Quem não votar durante o período estabelecido, sem justo motivo, devidamente comprovado, será penalizado com multa, conforme Resolução CFF nº 604/2014.

Para os profissionais com idade igual ou superior a 70 anos, o voto é facultativo.

Já os farmacêuticos dos quadros das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) são impedidos de participar das eleições em conselhos profissionais (Lei 6681/79, art. 4º). Esses profissionais, no prazo de até 60 dias contados da data do pleito, devem apresentar justificativa, comprovando que pertencem às Forças Armadas.

Por Mônica Neri



FIQUE ATENTO:

- Serão 48 horas para votar (das 12h de 9/11 às 12h de 11/11);
- Regularize suas pendências perante o CRF-SP;
- Mantenha seus dados atualizados e, principalmente, seu e-mail;
- Não permita que outras pessoas tenham acesso a sua senha.

PÓS GRADUAÇÃO

PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA E FARMÁCIA CLÍNICA

VALORES ESPECIAIS PARA INSCRITOS NO CRF-SP

Dr. Dirceu Raposo
farmacêutico
e professor
exclusivo do
ICTQ

Dr. Lincoln Cardoso
farmacêutico
e professor
do ICTQ



Certificado emitido pela Faculdade Católica

**Inscrições abertas com
turmas confirmadas em
Campinas e São Paulo-SP**

**0800 602 6660
www.ictq.com.br**

Em nome dos **magistrais**

Com cerca de 5 mil associados, em 29 anos de atuação, Anfarmag comemora conquistas importantes para o setor magistral



Os estabelecimentos farmacêuticos já não são mais obrigados a renovar anualmente a Autorização de Funcionamento e a Autorização Especial. Essa mudança, que simplificou o trabalho das empresas farmacêuticas, foi uma das conquistas da maior entidade representativa do setor magistral do país: a Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais (Anfarmag).

AGÊNCIA LUZ



Dr. Ademir Valério da Silva, presidente da Anfarmag

Nascida em abril de 1986, quando um grupo de farmacêuticos proprietários de farmácias magistrais percebeu a necessidade de uma entidade que valorizasse a instituição farmacêutica, principalmente junto aos representantes de governo, a Anfarmag conta hoje com cerca de cinco mil associados, sendo 1,3 mil apenas no

Estado de São Paulo. No total, o Estado concentra cerca de 2,6 mil farmácias com manipulação.

Outro exemplo de atuação da entidade, que impactou diretamente na profissão, foi a luta frente ao impasse tributário, vivido nos estados e municípios, pelo direito das farmácias continuarem optando pelo regime do Simples Nacional. De acordo com o dr. Ademir Valério da Silva, presidente da Anfarmag, a associação trabalhou pela permanência das micro e pequenas empresas do setor no regime tributário do Simples, bem como para garantir que esses estabelecimentos não poderiam ser cobrados pelos anos retroativos – o que inviabilizaria a atuação de inúmeros colegas, ameaçando inclusive a perenidade do setor.

Se a Anfarmag não tivesse agido nesse caso e interferido junto às autoridades, as farmácias optantes pelo lucro presumido teriam a alíquota dos impostos de 4% para de 13,33% a 16,33%. No caso dos optantes pelo lucro real, a carga tributária poderia alcançar aproximadamente 30%, dependendo do lucro líquido da empresa.

Entre outras conquistas, a atuação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que resultou na autorização para a farmácia preparar, em uma mesma área, formulações com insumos de uso comum humano e veterinário, também merece destaque. “No mesmo período, a partir das nossas contribuições técnicas para a Anvisa, a agência publicou uma nota explicitando que as farmácias que não manipulam substâncias e medicamentos sujeitos a

“VIVEMOS EM UMA ÉPOCA DE MASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS, E, NESSE CONTEXTO, AQUELES QUE SE DIFERENCIAM E SÃO CAPAZES DE OFERECER ENTREGAS ÚNICAS SÃO – E SERÃO CADA VEZ MAIS NAS PRÓXIMAS DÉCADAS – VALORIZADOS PELO CONSUMIDOR. O SETOR MAGISTRAL TEM TUDO PARA CONTINUAR PROSPERANDO”

“

THAIS NORONHA



Dr. Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Junior, terceiro vice-presidente da Anfarmag e conselheiro do CRF-SP

controle especial, mas dispensam esses produtos preparados pela matriz ou filiais, estão isentas de autorização especial”, explica o dr. Ademir.

SUPORTE

O farmacêutico que se associa à Anfarmag tem toda a estrutura necessária para se adequar às exigências sanitárias. Tem à disposição guias, manuais, fichas de referência de insumos ativos e de fitoterápicos, importantes na especificação de ativos e na preparação de um produto seguro e eficaz.

Outro diferencial especialmente voltado ao farmacêutico magistral é o Serviço de Atendimento ao Associado, que reúne uma dezena de profissionais para, diariamente, tirar dúvidas (por telefone, e-mail ou pessoalmente) que afetam o dia a dia da profissão, como questões técnicas farmacêuticas, regulatórias, jurídicas, contábeis e tributárias.

Dr. Ademir reitera as vantagens de ser ampara-

do pela associação. “Somos uma entidade parceira, pronta para auxiliar desde as questões corriqueiras do cotidiano até os temas mais complexos que afetam a sustentabilidade da atividade magistral.”

PERSPECTIVAS

Quase eliminado na década de 1950, por conta da industrialização e da expansão das indústrias farmacêuticas, o setor magistral mostra força ao se deparar com o aumento cada vez maior na procura por produtos personalizados.

Tendo em vista a individualização do produto magistral, que já se apresenta praticamente em todo o mercado, de forma a oferecer a dose na forma e quantidade específicas ao paciente, dr. Ademir reforça que essa diferenciação está diretamente relacionada às tendências de consumo apontadas por especialistas de todo o mundo.

“Vivemos em uma época de massificação de produtos e serviços, e, nesse contexto, aqueles que se diferenciam e são capazes de oferecer entregas únicas são – e serão cada vez mais nas próximas décadas – valorizados pelo consumidor. O setor magistral tem tudo para continuar prosperando”, conclui o presidente da Anfarmag.

Para o terceiro vice-presidente da Anfarmag, dr. Antônio Geraldo Ribeiro dos Santos Junior, também conselheiro do CRF-SP, “o trabalho da entidade é importante para apoiar as farmácias magistrais nas áreas técnica, jurídica e nos negócios, bem como desenvolver o setor para sua perpetuação no mercado”.

Por Thais Noronha

Reforço político aos laboratórios

Área de Análises Clínicas ganha frente parlamentar para defesa do setor, que amarga prejuízos com SUS e planos de saúde

Os laboratórios de análises clínicas sofrem duplamente com a defasagem do preço dos exames. Tanto dos que realizam para o Sistema Único de Saúde (SUS) há 20 anos quanto para os planos de saúde privados há oito anos. A necessidade por reajustes fez com que a classe se organizasse para levar suas demandas para o Congresso Nacional. Durante o 42º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas (CBAC 2015), que ocorreu no período de 21 a 24 de junho, no Rio de Janeiro, líderes do segmento lançaram a Frente Parlamentar em Defesa dos Laboratórios de Análises Clínicas.

O grupo nasceu com o apoio de mais de 100 parlamentares e é liderado pelo deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS). A frente tem como objetivo atuar na defesa dos interesses do setor nas questões de políticas públicas relacionadas aos laboratórios de análises clínicas do país.

“O que simplesmente o governo e os planos de saúde querem é não repassar nenhum aumento a nenhum la-



Dr. Marcos Machado Ferreira, diretor-tesoureiro do CRF-SP

boratório de análises clínicas”, afirmou o dr. Paulo Brandão, membro da Comissão Assessora de Análises Clínicas do CRF-SP e delegado por São Paulo da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC).

Para ele, o segmento necessita da reposição das perdas a fim de dar sustentabilidade à atividade. “A estagnação da remuneração pode levar os pequenos e médios laboratórios a fecharem as portas por não conseguirem arcar com os altos custos da mão-de-obra, dos insumos e reagentes, que sempre estão sofrendo reajustes, porque são baseados

no preço do dólar, e outras despesas como aluguel, energia elétrica, água, entre outras”, diz.

Especialista e atuante no setor, o diretor-tesoureiro do CRF-SP, dr. Marcos Machado, aponta que a Frente é um grande avanço para a área das análises clínicas, que não tinha proximidade com o poder público. “A partir de agora, com esse canal aberto com os deputados, o setor espera um diálogo melhor com o governo para que a política em relação aos valores de exames laboratoriais seja revista”, analisa.

Durante 2014, o diretor-tesoureiro do CRF-SP visitou os proprietários de laboratórios no interior e fez uma relação das maiores dificuldades apresentadas: valores de exames, falta de reajustes, falta de mão-de-obra qualificada, falta de apoio governamental para o desenvolvimento e problemas devidos às diretrizes curriculares. “A criação dessa Frente parlamentar atende justamente uma das principais demanda dos laboratórios de São Paulo, que é o reajuste da tabela de valores dos exames”, afirma dr. Machado.

Por Carlos Nascimento



MEDICAMENTOS E SUPLEMENTOS PARA TODO O BRASIL TÊM ENDEREÇO CERTO

ultrafarma.com.br



pandora

Tão importante quanto vender
medicamentos é contar com o
**COMPROMETIMENTO DE
NOSSOS FARMACÊUTICOS.**

**SIDNEY
OLIVEIRA**



Conheça a rotina dos fiscais e una-se a eles na **defesa da profissão**



Dra. Raquel Rizzi, vice-presidente do CRF-SP, em reunião com responsáveis pelo departamento de Fiscalização

Muitas são as dúvidas e questionamentos acerca da atividade de fiscalização desempenhada pelo CRF-SP. Autarquia pública federal, o conselho paulista tem por atribuição legal executar a fiscalização do exercício da profissão impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre os fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada, zelando assim pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem qualquer atividade farmacêutica no Estado, cumprindo com o disposto na Lei Federal nº 3.820 de 11 de novembro de 1960, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia.

A atividade fiscalizatória é o instrumento para garantir a manutenção da prestação de assistência farmacêutica e a melhoria na qualidade de assistência à saúde, zelando pela proteção da população, resguardando seu direito de ser assistido por profissional farmacêutico e defendendo a profissão.

PARA TANTO, CABE À FISCALIZAÇÃO DO CRF-SP:

- Verificar e exigir do farmacêutico o desempenho de suas atividades com base em uma conduta ética adequada e no atendimento às normas profissionais e sanitárias que regem a prática da Farmácia no país, em cumprimento ao Código de Ética Farmacêutica;
- Defender o âmbito de atuação do farmacêutico, garantindo que as atribuições privativas não sejam exercidas por outros profissionais;
- Exigir que os estabelecimentos que devem possuir assistência farmacêutica em período integral cumpram essa regra, a exemplo das farmácias e drogarias.

Em um Estado como o de São Paulo, com extensa área territorial e um grande número de farmacêuticos e estabelecimentos, faz-se necessária a manutenção de uma adequada estrutura física e organizacional, bem como a implementação de ações estratégicas para que a fiscalização ocorra de forma uniforme, padronizada e regular em todas as regiões e estabelecimentos.

O CRF-SP CUMPRE COM SUA ATRIBUIÇÃO LEGAL DE FISCALIZAR O EXERCÍCIO PROFISSIONAL, POSSUINDO, MANTENDO E EXECUTANDO:

- Corpo de 59 farmacêuticos fiscais, contratados mediante processo seletivo público e sujeitos a regime de treinamentos e capacitações periódicos, que exercem atividades de fiscalização externa e atividades internas na sede do CRF-SP;
- Fiscalização em todas as áreas de atuação farmacêutica (privativas e não privativas);
- Fiscalização em período integral (24h), incluindo finais de semana e feriados, de forma rotineira e para apuração de denúncias, com foco em estabelecimentos irregulares;
- Checagem se o estabelecimento conta com responsabilidade técnica de farmacêutico legalmente habilitado e se o profissional presta assistência efetiva nos termos da lei;
- Observação das condições do exercício profissional, uma vez que é responsabilidade do farmacêutico cumprir as normas vigentes, bem como cabe à empresa fornecer condições adequadas para o exercício profissional.

A atividade de fiscalização é regulamentada pela Resolução do Conselho Federal de Farmácia nº 600 de 25 de julho de 2014, segue o Plano Anual de Fiscalização do CRF-SP com diretrizes aprovadas em Plenário, e é realizada conforme o Manual de Procedimentos de Fiscalização. Os fiscais seguem roteiro de inspeção determinado pela sede do CRF-SP para cumprimento de ações de rotina e apuração de fatos denunciados à entidade.

Dessa forma, toda fiscalização realizada, para qualquer farmacêutico e em qualquer que seja o estabelecimento ou ramo de atividade, possui procedimentos e diretrizes que a norteiam.

O CRF-SP vem trabalhando incansavelmente para coibir e sanar práticas irregulares. Por isso, a fiscalização também trabalha com foco na orientação ao farmacêutico, em inspeção ou em atendimento presencial mediante convocação na sede e seccionais, uma vez que ele é o profissional responsável por man-



Os fiscais do CRF-SP atuam em todas as áreas da profissão farmacêutica

ter a regularidade do estabelecimento, cumprindo e fazendo cumprir a legislação profissional e sanitária vigentes, de forma que todos os atos técnicos desempenhados estejam em consonância com tais normas.

Assim, por meio da orientação ao farmacêutico, busca-se dar ciência a ele das irregularidades constatadas ou documentadas ao CRF-SP, orientando-o a saná-las e interrompê-las, de modo a prevenir a exposição da saúde da população a riscos, manter o bom conceito e prestígio da profissão e promover a atualização e aperfeiçoamento dos conhecimentos do profissional.

Na orientação é realizado o registro da legislação vigente que deve ser cumprida de modo a sanar cada irregularidade observada e apontada.

O Departamento de Orientação Farmacêutica também esclarece dúvidas dos profissionais quanto aos corretos procedimentos e conduta a serem adotados frente às legislações vigentes e que norteiam a prática da farmácia no país. O atendimento é realizado por farmacêuticos fiscais via chat, telefone e e-mail.

Todas essas atividades vislumbram a defesa da profissão, do âmbito de atuação e da população, bem como visam tornar o farmacêutico consciente do seu papel social e da importância da prática ética da profissão para a saúde pública, auxiliando-o no seu desenvolvimento profissional, proporcionando-o a satisfação de integrar uma entidade eficaz e de referência, que age indistintamente com transparência e respeito, de forma a transmitir credibilidade e confiança aos seus usuários.

**Departamento de Orientação
Farmacêutica do CRF-SP**



Quando é o farmacêutico que pede o exame laboratorial

*Resoluções 585
e 586/13 do
CFF ampliam
atribuições clínicas
do profissional,
que passa a contar
com importantes
ferramentas para
realizar a adequada
atenção farmacêutica*

A publicação das resoluções do Conselho Federal de Farmácia (CFF) nº 585/2013 e nº 586/2013, que regulamentam, respectivamente, as atribuições clínicas do farmacêutico e a prescrição farmacêutica, apresentaram um novo paradigma à profissão, ao trazer benefícios e ampliar as possibilidades de atuação do farmacêutico. Algumas dessas novas atribuições, como a permissão de solicitar exames clínico-labo-

ratoriais para o acompanhamento farmacoterapêutico, eram antigos anseios do setor. Passados dois anos da edição das normativas, ambas ainda geram debate sobre os impactos na profissão e sobre a conduta adequada para pôr em prática o que permite a legislação.

Além da atividade descrita acima, a Resolução 585/2013 também trouxe inovações até então não regulamentadas, como a possibilidade de avaliação dos re-

sultados de exames laboratoriais que visam a individualização da farmacoterapia e de determinar quais os parâmetros bioquímicos e fisiológicos do paciente serão acompanhados. Atividades estas que podem ser exercidas pelo profissional que atua na linha de frente, realizando atenção farmacêutica nas farmácias e drogarias.

Os exames laboratoriais, além de úteis no diagnóstico, são extremamente importantes no mo-

nitoramento farmacoterapêutico, instrumento para a realização da adequada atenção farmacêutica, explica o coordenador da Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas, dr. Paulo Caleb Júnior de Lima Santos, também pesquisador da Universidade de São Paulo.

A efetividade farmacológica em diversas patologias é avaliada por exames, como no caso de diabetes (glicemia e hemoglobina glicada); de dislipidemia (colesterol total e frações e triglicerídeos); na anticoagulação oral (RNI – relação normalizada internacional); nos distúrbios da tireoide (hormônios tireoidianos e TSH – hormônio estimulante da tireoide); na gota (ácido úrico) e na anemia por deficiência de ferro (hemoglobina e perfil do ferro).

Além disso, os exames laboratoriais são utilizados no monitoramento de efeitos adversos hepático

e renal, advindos de medicamentos potencialmente hepato ou nefrotóxicos, ou para pacientes com maior susceptibilidade aos efeitos adversos dos medicamentos.

Em síntese: as atividades descritas na Resolução 585/2013 trouxeram um cenário propício à atuação focada no monitoramento de pacientes que fazem tratamento farmacológico, o que coloca o farmacêutico em evidência.

“Ganhamos dos outros profissionais pelo nosso diferencial nas bases farmacoterapêuticas”, afirma o dr. Sandro Jorge Januário, vice-coordenador da Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas e ministrante de cursos pelo CRF-SP. “Os exames laboratoriais são instrumentos de extrema importância tanto nas análises clínicas, como na farmácia clínica. São eles que avaliam a farmacoterapêutica durante a atenção e a



FOTO: INGMAGE

intervenção farmacêutica.”

Dr. Paulo Caleb complementa: “Os exames laboratoriais têm, como utilidade, fornecer informações que possibilitem avaliar o prognóstico, determinar as concentrações tóxicas e terapêuticas dos fármacos, avaliar as concentrações de drogas e de substâncias, além de monitorar a efetividade farmacoterapêutica.”

Por Renata Gonçalves

ESTUDO CONTÍNUO

O principal desafio para fazer valer os benefícios proporcionados pela legislação do CFF, a exemplo de outras áreas da farmácia beneficiadas por ambas resoluções, é a formação profissional. Especialmente no caso das Análises Clínicas e Toxicológicas, em que é necessário que o farmacêutico exceda o conhecimento técnico, a grade curricular terá de incluir o que houver de mais novo em pesquisa, o desenvolvimento de métodos analíticos, interpretação de exames e liberação de laudos, administração e

marketing, entre outras habilidades.

Por se tratar de um mercado que se desenvolve num cenário altamente tecnológico, renovador e competitivo, é preciso que o profissional acompanhe todas essas tendências. Somente com a graduação, nem sempre consegue acompanhar essas mudanças.

“Está claro para nós, da Comissão, que os farmacêuticos devem estudar continuamente a fim de serem hábeis a utilizar a informação advinda dos exames laboratoriais e, assim, acompanhar adequadamente os re-

sultados farmacoterapêuticos”, conclui dr. Caleb.

Para incentivar a educação e o estudo contínuo, está disponível no portal do CRF-SP uma ferramenta chamada Projeto Educação Continuada em Análises Clínicas e Toxicológicas (acesse a aba da Comissão Assessora de Análises Clínicas e Toxicológicas), que oferece um roteiro de estudo para todos os farmacêuticos, principalmente aos que trabalham em laboratórios de análises clínicas e toxicológicas.



De olho no resíduo (e na licença)

INGIMAGE



Farmacêuticos de empresas que geram resíduos devem prestar atenção às leis e normas para não serem responsabilizados

A maioria já sabe que é necessário ter critérios para tratar os resíduos dos serviços de saúde. Mas o que poucos conhecem é que o farmacêutico é responsável também pela escolha e supervisão das empresas que realizam todas as etapas desse processo.

Por esse motivo, o farmacêutico deve conhecer muito bem a legislação (RDC 306/2004 e Conama 358/2005) e as normas da ABNT para classificação, identificação

e embalagens adequadas. Caso contrário, ele corre o risco de ser responsabilizado se a empresa for fiscalizada e não estiver licenciada ou ainda se o resíduo for destinado inadequadamente.

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), o Brasil coleta 70 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, sendo que 42% desse montante ainda têm como destino lixões e ater-

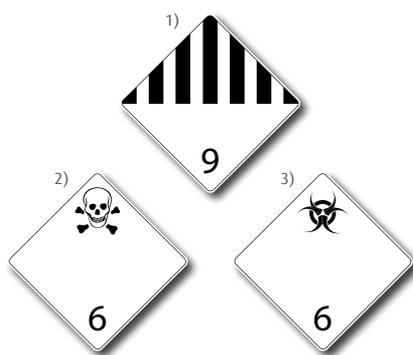
ros controlados, considerados ambientalmente inadequados.

Dr. Raphael Corrêa de Figueiredo, coordenador da Comissão de Resíduos e Gestão Ambiental do CRF-SP, ressalta que o gerador é responsável pelo resíduo desde o momento da geração até o destino final. “Existem empresas que assumem uma responsabilidade solidária, dividindo-a com o gerador de resíduos, mas não há como transferir responsabilidades.”

Ele ressalta que as empresas

precisam se atualizar constantemente e buscar entender o que realmente diz a legislação. “Não adianta falar que transporta resíduos, e, no momento da coleta, chegar com um veículo aberto, sem licenciamento ou sem a devida identificação do transporte e documentação pertinente.”

Para cada tipo de resíduo, há uma autorização diferente, exigida pelo órgão competente, entre



- 1 - Substâncias perigosas diversas
- 2 - Substância tóxica
- 3 - Substância infectante

as quais a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN (material radioativo); a Vigilância Sanitária (alimentos, medicamentos e outros); a Polícia Federal (produtos químicos utilizados no processamento ilícito de drogas) e Ministério do Exército (explosivos, insumos de explosivos, armamentos e outros).

Por Thais Noronha

EMPRESAS DEVIDAMENTE LICENCIADAS

Confira as autorizações necessárias, dependendo da atividade

PARA TRANSPORTADORA DE RESÍDUOS QUÍMICOS (MEDICAMENTOS):

- Licença ou autorização ambiental, emitida pelo órgão estadual de meio ambiente, para o transporte de cargas perigosas (produtos ou resíduos perigosos) dentro do Estado;
- Autorização ambiental para transporte interestadual de cargas perigosas (Ibama);
- Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF-APP (Ibama);
- Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP (Ibama);
- Comprovante de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC;
- Pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA;
- Seguro ambiental para emergências;
- Conhecimento de transporte da carga.

PARA EMPRESA QUE DESTINA OS RESÍDUOS:

- Alvará de Uso de Solo – Prefeitura Municipal;
- Licença de operação adequada ao tipo de resíduo a ser destinado – Cetesb;
- Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros – Polícia Militar.

PARA EMPRESA QUE GERENCIA OS RESÍDUOS (PODENDO INCLUIR COLETA):

- Alvará de Uso de Solo – Prefeitura Municipal;
- Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária – Visa;
- Licença de operação adequada ao tipo de resíduo a ser destinado – Cetesb;
- Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros – Polícia Militar;
- Certificado de Regularidade – Ibama;
- Autorização do Ibama para transporte interestadual;
- Seguro ambiental para emergências.

PARA VEÍCULOS UTILIZADOS NA COLETA:

- Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);
- Veículos em excelentes condições de funcionamento e uso;
- Rótulos de risco e painéis de segurança específicos, de acordo com a NBR-7500 da ABNT e Resolução 420/2004 ANTT;
- Ficha de Emergência e Envelope para o Transporte;
- Kit para atendimento à emergência conforme NBR 9735 da ABNT;
- Certificado de Inspeção para o Transporte de Produtos Perigosos (CIPP);
- Certificado de Inspeção Veicular (CIV);
- Emissões do escapamento (fumaça preta) dentro dos limites legais;
- Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (MOPP) do Motorista.

Marco Legal da Biodiversidade

Nova legislação, que entra em vigor em novembro, proíbe a exploração estrangeira do patrimônio natural do país e mexe com a indústria

Sancionada pela presidente Dilma Rousseff no último dia 20 de maio, a Lei 13.123/15, chamada de Marco Legal da Biodiversidade, entra em vigor em novembro deste ano.

O Marco estabelece como deve ser o acesso ao patrimônio genético de plantas e animais do país, bem como de conhecimentos indígenas e tradicionais associados a plantas e animais. O tema merece atenção especial do setor farmacêutico, pois a biotecnologia é uma das tendências mais fortes da indústria mundial atualmente.

Segundo a coordenadora da Comissão Assessora de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do CRF-SP, dra. Caroly Cardoso, a nova lei impede que empresas estrangeiras sem vínculo com nacionais explorem ou enviem material genético para estudos fora do país. “A preocupação principal é que a biopirataria diminua ou seja eliminada com uma fiscalização efetiva”, afirma.

A Comissão ainda estuda a nova legislação com o objetivo e emitir um parecer definitivo sobre as vantagens e desvantagens do Marco Legal.

De acordo com o Instituto Sócio Ambiental, entidade que promove a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, a nova lei ainda não assegura o justo direito de comunidades tradicionais ao patrimônio genético.

O julgamento do ISA baseia-se no fato de a lei prever a repartição de benefícios advindos da exploração, de substâncias naturais em outros produtos, por meio da criação de um fundo composto por 1% da receita líquida do produto acabado. Para os técnicos do Instituto, povos indígenas que transmitem seus conhecimentos sobre o poder das plantas podem acabar vendendo sua sabedoria por nada.

Segundo a assessora da entidade, Nurit Bensusan, a situação pode melhorar com a regulamentação da

© VOJTECH NOVOTNY



Laboratório de pesquisa de campo mantido pelo Conselho Europeu de Pesquisa (ERC) na Amazônia

Lei. “Há poucos mecanismos de controle e fiscalização estipulados na legislação, mas se espera que a regulamentação avance nessa frente. A norma diz que o fundo será regido por um comitê gestor, mas nada diz sobre sua composição e sua forma de funcionamento”, diz Norit.

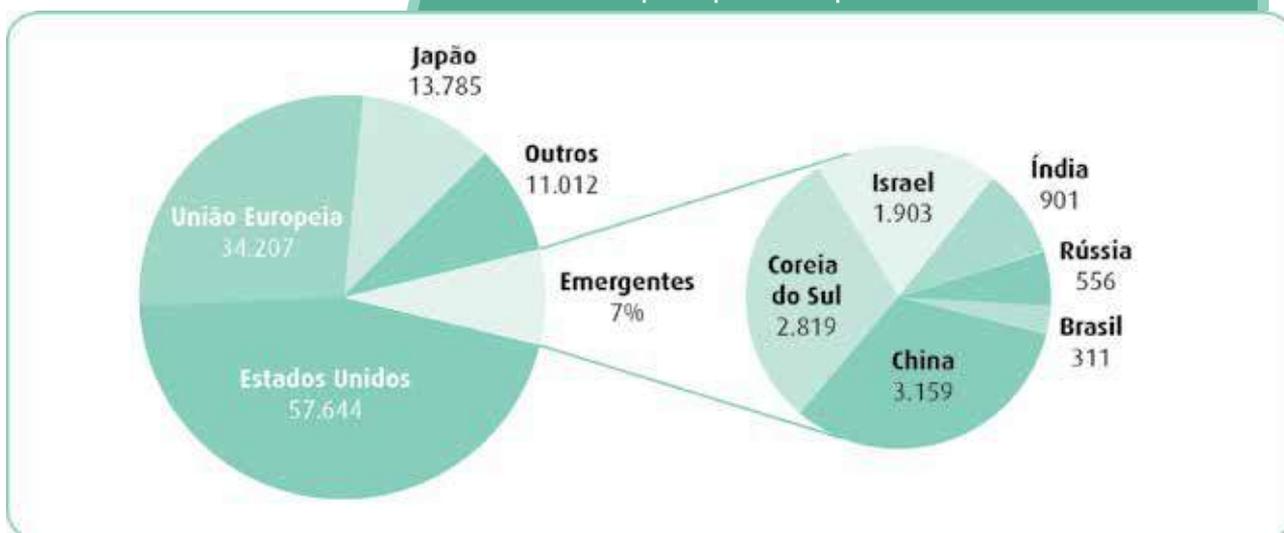
BIOTECNOLOGIA E PESQUISA

Por meio da observação das empresas farmacêuticas e de base tecnológica, incubadoras de empresas e instituições científicas e tecnológicas, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) publicou o estudo “O desafio de adensar a cadeia de P&D de medicamentos biotecnológicos no Brasil”, no qual apontou a biotecnologia como a principal oportunidade no campo da indústria farmacêutica. Mesmo com uma capacitação ainda incipiente, a biotecnologia oferece oportunidades de adensamento das atividades, tanto da cadeia produtiva quanto de pesquisa e desenvolvimento, chamada de P&D.

De acordo com o estudo, as grandes companhias do setor investem entre 10% e 20% de sua receita

SOLICITAÇÕES DE PATENTES BIOTECNOLÓGICAS INTERNACIONAIS

Estoque de pedidos de patentes internacionais de 1999 a 2010



ARTE: BARBARA GABRIELA

anual em atividades de P&D. A estimativa mais recente apontou que o custo médio para se lançar uma molécula inédita no mundo chega a US\$ 1,5 bilhão (em dólares de 2011).

As empresas brasileiras, a maioria de pequeno porte, têm caráter pré-operacional e ainda dependem quase integralmente de recursos públicos não reembolsáveis.

No ano de 2010, apenas 19 das 271 empresas que declararam ter atuação em biociências geraram receitas anuais superiores a R\$ 1 milhão. Esse cenário repercute no baixo número de patentes nacionais frente à riqueza de biodiversidade com a qual o Brasil foi brindado.

A configuração de uma logística de rastreabilidade dessas pesquisas até a fase comercial de seus derivados deve ser realizada com base no inventário do patrimônio genético nacional, o que está longe de ser concluído. Essa morosidade associada à falta de configuração de apoio à P&D, no âmbito das comunidades tradicionais detentoras desse conhecimento, abre uma brecha perigosa à defesa do patrimônio genético brasileiro.

Com isso, o Brasil continua sendo, segundo a Organização das Nações Unidas, o país com a maior biodiversidade do planeta, com 20% do patrimônio natural mundial, porém, paradoxalmente, está entre os que menos possuem patentes registradas.

Por Wesley Gomes Alves



Rede de cientistas pesquisa 'Prozac natural' e outras substâncias

Sediados em São Carlos, a aproximadamente 250 km da capital, cerca de 20 pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa da esfera pública formaram um grupo de pesquisa a fim de produzir moléculas para medicamentos. A previsão é de que o Marco legal da Biodiversidade dê respaldo à consolidação dessa rede de cientistas.

Dentre os projetos mais importantes em desenvolvimento, estão alguns voltados para o tratamento de câncer e doença de Chagas. Outro exemplo é o extrato da planta *Erythrina mulungu*, nativa da Mata Atlântica, estudada por cientistas da Unesp em Araraquara.

As propriedades purificadas desse extrato são semelhantes à fluoxetina e ao bromazepam, e vem sendo chamado de "prozac fitoterápico" ou "prozac natural". A patente do fitoterápico foi registrada no INPI há quatro anos.

Auriculoterapia para alergias

Diagnóstico e tratamento de reações adversas aos alimentos podem ser feitos com técnica francesa

Cerca de 5% da população têm alergia a alimentos no Brasil, de acordo com a Associação Brasileira de Alergia e Imunopatologia. Na maioria, são crianças (uma em cada 13), mas os adultos também possuem essa adversidade. A boa notícia é que uma técnica de auriculoterapia tem levado a bons resultados no tratamento de males desse tipo.

Entre os alimentos que mais causam alergia estão leite, soja, amendoim, ovo, trigo, peixes ou frutos do mar e castanhas que, somados, são responsáveis por 90% das alergias, segundo estudo publicado em 2008 na *Current Opinion in Pediatrics*.

Para entender mais sobre esse tipo de reação, a Associação Brasileira de Nutrologia define as reações adver-

sas aos alimentos como a representação de qualquer reação anormal à ingestão de alimentos ou aditivos alimentares, que podem ser classificadas em tóxicas e não tóxicas.

De acordo com a entidade, as reações tóxicas dependem mais da substância ingerida ou das propriedades farmacológicas de determinadas substâncias presentes nos alimentos. Já as reações não tóxi-



INGIMAGE

CERCA DE 5% DA
POPULAÇÃO TÊM
ALERGIA A ALIMENTOS
NO BRASIL, DE ACORDO
COM A ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE ALERGIA
E IMUNOPATOLOGIA



cas são aquelas que dependem de susceptibilidade individual a determinado alimento e podem ser classificadas em: não imuno-mediadas (intolerância alimentar) ou imuno-mediadas (hipersensibilidade alimentar ou alergia alimentar).

São principalmente essas reações não tóxicas que mais aparecem na mídia, o que trouxe o assunto à tona e despertou na população uma manifestação para mudanças legais em rótulos de alimentos.

Em junho, a Anvisa regulamentou requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares.

Também passou a ser obrigatória a informação de possíveis contaminações cruzadas dos alimentos (que é a presença de qualquer alérgeno

alimentar não adicionado intencionalmente). No rótulo deve constar a declaração “Alérgicos: Pode conter (nomes comuns dos alimentos que causam alergias alimentares)”.

Essa é uma grande vitória para quem está envolvido com a causa, tão importante quanto o diagnóstico e o tratamento dessa doença, que tem como uma das técnicas mais modernas a auriculoterapia francesa.

À FRANCESA

Recém-chegado da França, onde estudou a técnica, o farmacêutico acupunturista e coordenador da Comissão de Acupuntura – Medicina Tradicional Chinesa, dr. José Trezza Netto, aponta que o diagnóstico pela auriculoterapia francesa é feito pelo contato de substâncias suspeitas de serem alérgenos ou que podem causar intolerâncias alimentares com a pele do paciente.

“Utilizamos um mecanismo chamado de fotopercepção cutânea e também medimos o pulso do paciente por meio do VAS (sinal autonômico vascular). Utilizamos filtros

especiais que contêm os principais agentes causadores de alergia e intolerâncias alimentares”, explica.

Já para realizar o tratamento, dr. Trezza afirma que se escolhem pontos auriculares que minimizam a resposta alérgica por mecanismos neuroendocrinofisiológicos e também reguladores da resposta imune.

O coordenador diz ainda que nem todas as pessoas com alergia ou intolerância são tratadas pelos mesmos pontos na orelha. “O tratamento é individualizado, uma vez feito o diagnóstico, escolhe-se a melhor estratégia de tratamento.”

AURICULOTERAPIA

Realizada por meio de estímulos em pontos reflexos localizados na orelha externa, a auriculoterapia francesa teve seu grande avanço na década de 1950. A partir dessa data, tem sido utilizada com grande ênfase para tratamento de dor por analgesia, mas também é forte aliada para disfunções orgânicas, como em caso de desintoxicação causada por drogas, álcool e nicotina, além de alergias.

Por Mônica Neri



equipamentos utilizados no diagnóstico e tratamento das alergias



Fôlego para as importações

Projeto do governo para o Porto de Santos reduz tempo dos processos e será ampliado para outros portos e aeroportos

O Ministério da Saúde, Secretaria dos Portos e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciaram, em março, um projeto de reestruturação dos processos de desembarque das importações de produtos sujeitos à vigilância sanitária no Porto de Santos. O objetivo é aprimorar as ações e acelerar a liberação por meio da melhoria da infraestrutura e aumento do número de funcionários. As mudanças implementadas já reduziram o tempo dos processos de importação de uma média de 24 dias para até três dias, e o objetivo é que se reduza ainda mais o intervalo das liberações.

O projeto gera menos taxas por tempo de armazenagem, reduz burocracia e riscos de avaria dos produtos, e, dessa forma, garante ao consumidor final um custo mais baixo em medicamentos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, alimentos, saneantes, produtos médicos e produtos de diagnóstico, com qualidade e sem perdas para a indústria. Segundo o Ministério, depois de avaliada, a iniciativa deverá ser aplicada em outros terminais alfandegados instalados em outros portos, aeroportos e fronteiras.

Na avaliação da dra. Alana Darriza, coordenadora da Comissão

Assessora de Distribuição e Transporte e vice-diretora da Seccional de Santos do CRF-SP, o Porto de Santos foi escolhido para iniciar o projeto de reestruturação pela importância que ocupa no complexo portuário nacional e porque 9% dos processos de importação naquele porto correspondem a produtos submetidos à Anvisa.

“O porto continua sendo um ponto crítico do processo e necessita controlar e mitigar os possíveis riscos sanitários, além de melhorar a agilidade diante da urgência do mercado de saúde nacional. Acredito que o maior desafio seja assegurar a saúde da população sem oferecer obstáculos ao desenvolvimento econômico”, afirmou a dra. Alana, que atua em um recinto alfandegado, no controle dos produtos que chegam ao Porto de Santos.

Atuação do farmacêutico

Com a ampliação do projeto, tornou-se ainda mais importante a atuação do farmacêutico para





garantir a qualidade dos produtos submetidos à vigilância sanitária. Para o dr. Marcelo Mazalli, membro da Comissão Assessora de Distribuição de Transporte do CRF-SP e farmacêutico atuante no aeroporto de Viracopos, em Campinas, com a concessão dos aeroportos e portos, a atuação do farmacêutico nas áreas de qualidade e garantia do processo e fluxo logístico foi ampliada, mas “ainda há muito a ser melhorado”, completou.

Segundo o especialista, o mercado nacional é promissor e atraente, mas extremamente complexo e concentrado nas mãos de poucas empresas. “Há necessidade de fazer uma revisão das leis que envolvem o recinto alfandegado no quesito de cargas perecíveis, cadeia do frio e produtos ligados à saúde”.

Na avaliação do farmacêutico, com o objetivo de reduzir os custos do transporte dos produtos, muitas empresas deixam de cumprir quesitos básicos de

qualidade, como o exemplo do transporte aéreo em temperatura controlada. “Algumas empresas transportam como carga seca normal, pelo frete ser mais barato, deixando os produtos farmacêuticos a uma linha tênue de garantia da qualidade”, explica.

Dentre as leis que regulam a atividade, a dra. Alana Dariza destacou a publicação da resolução 495, de 2008, do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que regulamentou a atuação do farmacêutico no setor. “Foi um grande avanço para a solidificação do trabalho do farmacêutico no segmento. Além disso, a RDC 346/02 está na agenda regulatória, e todos do setor anseiam por essa atualização, com o objetivo de aprimorar o serviço nesse ramo de atividade”, comentou a dra. Alana Dariza.

CARTILHA

A Comissão Assessora de Distribuição e Transporte do CRF-SP

elaborou uma cartilha que destaca a importância da atuação do farmacêutico responsável técnico nas empresas que armazenam e transportam medicamentos e insumos farmacêuticos nas áreas de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados.

De acordo com o documento, o farmacêutico é o profissional habilitado e qualificado para a tarefa, reunindo conhecimento técnico para garantir a integridade dos produtos no momento da nacionalização, além de poder gerenciar e validar os processos relacionados à obtenção e renovação de licenças de funcionamento perante os órgãos competentes, seguindo as legislações pertinentes.

O interessado pode baixar a cartilha no portal do CRF-SP (www.crfsp.org.br), no menu à esquerda, item Publicações, clicando em “cartilhas por área”. Outra opção é solicitar a cartilha impressa na sede ou seccionais.

Por Carlos Nascimento



As peculiaridades da pesquisa clínica com fitoterápicos

Apesar de ter a maior biodiversidade do planeta, Brasil enfrenta a mesma burocracia da pesquisa para medicamentos sintéticos



Gengibre para evitar náuseas, alcachofra para dor e queimação causadas pela má digestão e alho para tratamento de hipertensão arterial leve. Desde a publicação da RDC 26, em maio do ano passado, medicamentos fitoterápicos devem ser testados e receber concessão de registro pela Anvisa para serem lançados no mercado. Antes disso, necessitam também de comprovação de eficácia e segurança realizada por meio de estudos pré-clínicos e clínicos.

O Brasil tem a maior biodiversidade de espécies de plantas do mundo, de acordo com a organização não-governamental Conservação Internacional. São 55 mil, cerca de 20% do planeta. Um só hectare de Mata Atlântica apresenta 476 espécies vegetais distintas, um recorde mundial, o que torna o ambiente

altamente favorável ao desenvolvimento de medicamentos a partir dessa matéria-prima.

No entanto, há ainda 25 mil espécies que não foram estudadas e, apesar da franca expansão do setor de pesquisa clínica nos últimos 15 anos, para que os fitoterápicos sejam estudados, testados e comercializados, há uma série de entraves semelhantes aos dos medicamentos sintéticos, ou seja, burocracia, questões regulatórias e interesse de patrocinadores.

Com 52 anos de experiência na área, dr. Dagoberto de Castro Brandão, diretor de P&D e assuntos jurídicos regulatórios da PHC Pharma Consulting, empresa dedicada à pesquisa e desenvolvimento de novos medicamentos, chama a atenção para as vantagens das pesquisas com plantas medicinais. Segundo ele, a natureza já “sintetizou” os princípios

ativos que constituem o denominado complexo fitoterápico. Em consequência, a pesquisa básica pode ser bastante reduzida e encurtada.

“Além disso, o uso popular e folclórico de plantas medicinais já encaminha de maneira acertada para as possíveis indicações clínicas a serem avaliadas nos estudos clínicos”.

As fases de estudo para medicamentos fitoterápicos são praticamente as mesmas de um medicamento sintético. Dr. Dagoberto explica que o processo de pesquisa de medicamentos fitoterápicos e sintéticos é semelhante, mas diferem na aprovação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), que é exclusivo das pesquisas com plantas.

Na pesquisa com plantas, muitas vezes, o planejamento do desenvolvimento se baseia no conhecimento popular. “É absolutamente necessário que tenhamos bem claras e definidas as indicações, as formas galênicas e a posologia a serem testadas, bem como é imprescindível a correta identificação botânica e padronização na produção dos diversos lotes que serão usados nos estudos clínicos”, diz.

Os métodos de validação são mais simples e menos rigorosos do que o de uma molécula sintética nova. Testes de farmacocinética e biodisponibilidade não são exigidos devido à natureza do fitocomplexo.

TESTES DE TOXICOLOGIA

Assim como os medicamentos sintéticos, os fitoterápicos são submetidos a testes de toxicologia. Segundo o dr. Dagoberto, são necessários estudos de toxicologia aguda, subaguda e crônica em roedores e não roedores, bem como alguns estudos especiais in vitro.

“Posteriormente, se a toxicologia animal e in vitro autorizar, devem ser realizados os estudos clínicos de fases I, II e III, nos quais serão avaliados diversos parâmetros para testar a segurança e tolerabilidade do produto investigacional no caso em discussão, uma planta medicinal ou medicamento fitoterápico”, afirma.

Por Thais Noronha

AS INSTÂNCIAS DO ESTUDO CLÍNICO

Para medicamentos fitoterápicos/plantas medicinais cultivados no Brasil, mas não nativos:

1 - Aprovação ética feita pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Instituição. Nos casos em que o estudo clínico engloba as áreas temáticas especiais, como colaboração estrangeira, o estudo além da aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa da instituição, precisa também ser aprovado pela CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).

2 - Aprovação administrativa ou legal, concedida pela Anvisa fundamentada no artigo 12 e 24 da Lei 6360/76 e RDC 9/15.

Para plantas medicinais nativas do Brasil :

1, 2 e 3 - O estudo engloba as duas etapas anteriores com o acréscimo da aprovação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), autoridade nacional ligada ao Ministério do Meio Ambiente para emitir autorizações de acesso e remessa.

Pesquisa universitária revela o raio-X da assistência na capital

Cinco anos após a publicação da RDC 44/09, maioria não conhece resolução na íntegra

Em 17 de agosto de 2009, a categoria farmacêutica comemorou a publicação da RDC nº 44/09, que garantiu ao farmacêutico o direito de prestar alguns serviços como aferição de pressão arterial e teste de glicemia capilar, nas farmácias e drogarias, ampliando suas atribuições e permitindo exercer de forma mais completa a assistência farmacêutica ao paciente. Com isso, a população também foi beneficiada, pois pode contar com esses serviços de forma segura.

Para mensurar os efeitos da resolução, dra. Vera Lúcia Pivello, membro da Comissão Assessora de Farmácia do CRF-SP, mostrou em seu mestrado o perfil e atuação dos farmacêuticos no município de São Paulo após a RDC nº 44/09.

Dos 439 farmacêuticos que responderam ao questionário, 47,7% demonstraram conhecer totalmente a resolução. “Como a norma não trata apenas de assuntos voltados à assistência, mas de questões do cotidiano

como documentação, infraestrutura, atribuições dos funcionários, pensávamos encontrar mais farmacêuticos com o domínio do conteúdo”, destacou dra. Vera.

As respostas também evidenciaram aspectos positivos como a valorização do trabalho do farmacêutico em cerca de 80% dos casos. Na autoavaliação que fizeram de seu trabalho, 71,1% se sentem profissionais da saúde, atuando no segmento de farmácias e drogarias; 67,4% são reconhecidos pela população atendida em relação às orientações que fornecem; 87,7% percebem que há confiança por parte dos usuários em relação às orientações.

A maioria também demonstrou interesse pela farmacoterapia dos usuários atendidos; 76% buscam resolver os problemas relacionados a medicamentos (PRM) que constatarem no atendimento, e 70,3% buscam saber o resultado das intervenções que realizaram para a resolução dos PRM.

DIFICULDADES

De acordo com dra. Vera, as dificuldades mais citadas pelos farmacêuticos ouvidos na pesquisa dizem respeito à maior disponibilidade de tempo para desenvolver atividades assistenciais, conscientização dos empresários, necessidade de mais capacitação, infraestrutura adequada (local com privacidade para o atendimento) e maior integração entre os profissionais.

Nesse quesito, 7% citaram como entrave a baixa remuneração. Outra necessidade foi a de mais autonomia e autoridade para o farmacêutico. “A responsabilidade compartilhada entre farmacêutico e proprietário (Lei 13.021/14), poderá alterar positivamente essa realidade. É o que esperamos”, destaca.

Por Thais Noronha

UNIVERSO DA PESQUISA
CONHEÇA O PERFIL DOS 439 FARMACÊUTICOS ENTREVISTADOS:

MÉDIA DE FAIXA ETÁRIA:
32,7 ANOS



MENOS DE 5 ANOS DE FORMADOS:
69,1%

CONTRATADOS COMO RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:
61,1%

FORMADOS EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS:
89,7%



REALIZAM CURSOS COMPLEMENTARES, ESPECIALMENTE DE CURTA DURAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU:
67,4%

Fonte: Dra. Vera Lúcia Pivello, farmacêutica da Comissão Assessora de Farmácia do CRF-SP

Arte: Guilherme Mortale

CURSO ONLINE

PRESCRIÇÃO FARMACÊUTICA E FARMÁCIA CLÍNICA

Baseada na Resolução nº 586 de
29 de Agosto de 2013.

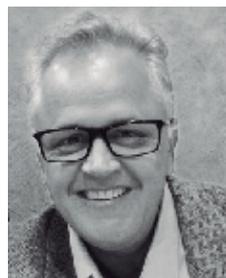


O curso de extensão em prescrição farmacêutica e farmácia clínica traz o embasamento necessário para a prescrição farmacêutica. O profissional farmacêutico é o ponto chave na atenção e assistência à saúde, tão importante que o conselho federal de farmácia regulamentou a prática da prescrição farmacêutica através da resolução nº 586 de 29 de agosto de 2013. Esta regulamentação é o avanço da profissão farmacêutica e o diferencial para os profissionais da área que precisam estar habilitados para tal prática. A prescrição farmacêutica é composta por conhecimento, responsabilidade e o mais importante a prática da assistência farmacêutica e são exatamente as premissas do curso em Prescrição Farmacêutica e Farmácia Clínica.

Curso em 10 Módulos

Início: Outubro de 2015

Carga Horária: 100 Horas/Aula



Coordenação: Prof. Eli Meneses

Farmacêutico Bioquímico Formado pela USF, Especialista em Quimioterapia pela FOC-SP, Docente na Graduação em Farmácia - USF, Docente na Pós-Graduação em Análises Clínicas da USF, Docente na Pós-Graduação em Análises Clínicas da FUNORTE, Docente na Pós-Graduação em Farmacologia Clínica da USF, Coordenador Técnico - Laboratório de Análises Clínicas Hospital Novo Atibaia, Diretor Regional do CRF-SP - Seccional de Bragança Paulista.

MATRÍCULAS ABERTAS!

Só o CRF-SP faz por você, Farmacêutico!

Aplicativo



Tenha na palma da sua mão:

- Comunicado de ausência
- Bolsa de Empregos e Clube de Benefícios (PAF)
- Agenda de cursos, eventos, reuniões, entre outras
- Fale com o presidente
- Revista do Farmacêutico
- Canal Farmacêutico
- Canal de Denúncias
- Geolocalização de farmácias regulares
- Consulta à legislação
- Galeria de Vídeos



Para o farmacêutico



Aplicativo

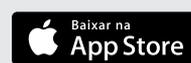


- Localização de farmácias regulares
- Localização de farmácias por serviços prestados
- Contatos, dicas e informações importantes sobre saúde
- Notícias sobre medicamentos e setor farmacêutico
- Vídeos e outros materiais educativos sobre saúde

Procure como chegar a farmácias regulares e saiba quem são os farmacêuticos que trabalham no local

Dicas sobre uso de medicamentos

Para a população



Valorização profissional